

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CPEM 2023

CEL MAT BEL CRISTIANO MAURI DA SILVA

**BASES INDUSTRIAIS DE DEFESA DA ÍNDIA E DO BRASIL:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

Rio de Janeiro

2023

CEL MAT BEL CRISTIANO MAURI DA SILVA

**BASES INDUSTRIAIS DE DEFESA DA ÍNDIA E DO BRASIL:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégias Marítimas.

Orientador: CMG AMARAL

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2023

## **Declaração de compromisso Antiplágio e contra o uso de software de Inteligência Artificial**

Eu, **CRISTIANO MAURI DA SILVA**, declaro que o documento intitulado **“BASES INDUSTRIAIS DE DEFESA DA ÍNDIA E DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA”** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto aluno do **Curso Política e Estratégia Marítimas 2023** na Escola de Guerra Naval, e que é um trabalho original, em que todas as contribuições estão corretamente identificadas em citações e nas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2023.

 Documento assinado digitalmente  
CRISTIANO MAURI DA SILVA  
Data: 15/08/2023 15:39:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA DE GUERRA NAVAL (EGN), sendo vedado o uso comercial, a título de manutenção da gestão da produção científica da Marinha do Brasil. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da EGN.



Documento assinado digitalmente

CRISTIANO MAURI DA SILVA

Data: 15/08/2023 15:39:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

“Sem possuir armas próprias, nenhum principado estará seguro; estará, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda das adversidades”.

(Maquiavel)

## RESUMO

O propósito da pesquisa é buscar os fatores que levaram a evolução da Base Industrial de Defesa (BID) da Índia, entre no período do fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. A relevância do tema reside em buscar entender como a BID indiana está dando frutos com a fabricação de materiais e armamentos e a brasileira vem sofrendo de com momentos de altos e baixos durante as últimas décadas. O trabalho se baseou na consulta de textos, artigos, trabalhos acadêmicos e livros que pudessem mostrar a evolução dos fatores fisiográficos, psicossociais, políticos, militares e econômicos e como exerceram influência no processo de formação da BID dos dois países durante o período estudado. Posteriormente, foi feita uma comparação onde foi constatado que há muitas diferenças entre os dois países, principalmente no que se refere aos campos psicossocial e político, onde há uma clara vantagem para a Índia. Deste modo, foram propostas ações na área política e psicossocial buscando criar um ambiente mais favorável para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Brasileira.

**Palavras-Chave:** Base Industrial de Defesa. Brasil. Índia.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID NA ÍNDIA.....</b>	<b>12</b>
2.1	Fatores fisiográficos.....	12
2.2	Fatores psicossociais.....	15
2.3	Fatores políticos.....	19
2.4	Fatores militares.....	27
2.5	Fatores econômicos.....	35
2.6	Considerações parciais.....	42
<b>3</b>	<b>FATORES PARA O DESENVOLVIMETNO DA BID NO BRASIL.....</b>	<b>43</b>
3.1	Fatores fisiográficos.....	43
3.2	Fatores psicossociais.....	46
3.3	Fatores políticos.....	50
3.4	Fatores militares.....	60
3.5	Fatores econômicos.....	67
3.6	Considerações parciais.....	74
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
4.1	Análise comparativa.....	76
4.2	Ensinamentos para o Brasil.....	82
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil, outrora possuidor de uma Base Industrial de Defesa (BID) capaz de produzir equipamentos militares para suprir suas necessidades, perdeu algumas dessas aptidões de produção, bem como não desenvolveu meios para fabricar alguns materiais com tecnologia de ponta, tornando-se dependente de empresas estrangeiras para equipar suas Forças Armadas.

Desde a última metade do século XX, a BID brasileira vem passando por altos e baixos, não conseguindo se firmar para atender as demandas das Forças Armadas. A fase de maior crescimento da produtividade ocorreu por menos de duas décadas, no período de 1974 a 1987, e, no final da década de 1980, deparou-se com um cenário econômico desfavorável da qual não foi capaz de se recuperar, levando à bancarrota muitos empresários.<sup>1</sup>

Bastos aponta outro ponto que contribuiu para a queda de nossa BID à época, segundo o qual “(...) os rumos tomados pelo mundo no pós-guerra Fria (1989) e pós-guerra do Golfo (1991), conjugado ao acúmulo de materiais de defesa nos países produtores e exportadores, os produtos brasileiros ficaram difíceis de serem vendidos, principalmente no exterior (...)”<sup>2</sup> Tal fato tornou o País dependente de outras nações e criou possíveis entraves a uma política internacional independente. A curva descendente da BID começou a ser revertida no início da década de 2000, mas, mesmo assim, o País nunca mais figurou entre os países com maiores indústrias de defesa do mundo<sup>3</sup>, bem como ainda não é capaz de atender grande parte das necessidades das nossas Forças Armadas, principalmente no que tange a material de alta tecnologia.

Outro fato que me chamou atenção e corroborou a importância deste tema, foi a proibição que o governo alemão levantou quanto a exportação dos Guaranis para as Filipinas<sup>4</sup>, tendo em vista a posição de neutralidade adotada em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia, gerando prejuízos financeiros e mostrando que, caso o Brasil entre em conflito, o resultado pode ser influenciado de acordo com interesses de outras nações.

Desse modo, surgiu o interesse em estudar o desenvolvimento da BID de outro país, com características próximas à do Brasil como ser um país em desenvolvimento, possuir grande território, problemas sociais de infraestrutura, concentração de renda e a busca de

---

<sup>1</sup> DRUMOND, Cosme Degenar. Indústria de Defesa do Brasil: História – Desenvolvimento – Desafios. ZLC Comunicação e Marketing. Guarulhos, 2014.

<sup>2</sup> BASTOS apud DELLAGNEZE, René. 200 Anos da Indústria de Defesa do Brasil. Editora Cabral. Taubaté, 2008.

<sup>3</sup> MAWAKDIYE apud DELLAGNEZE, 2008, p. 57.

<sup>4</sup> GIELOW, Igor. Alemanha veta exportação de blindado brasileiro após Lula negar munição. Estado de Minas, 24/02/2023.



maior influência entre os países do Sul Global – e que tenha uma certa independência no que tange a fabricação de meios de emprego militar (MEM) de forma autóctone. Depois disso, analisar as convergências e divergências com a BID do Brasil e verificar o que pode ser aproveitado em nosso País.

A escolha do estudo recai sobre a Índia que é um país, que, atualmente, é uma potência regional, mas caminha a passos largos para tornar-se uma potência econômica e militar em âmbito mundial. Os indianos conseguiram desenvolver uma indústria de defesa considerável, sob muitos aspectos, avançada e que tem a capacidade de atender uma grande parte de suas necessidades.

Embora, atualmente, a Índia continue comprando armamentos de outros países sua indústria consegue produzir MEM de alta tecnologia. Recentemente concluíram a construção de seu primeiro navio aeródromo, estão finalizando o projeto de um avião de combate, possuem meios capazes de colocar objetos em órbita e, desde a década de 1990, fazem parte do pequeno grupo de países com capacidade de produzir armas nucleares. Podemos encontrar amparo dentro do que Barcellos afirma:

É importante frisar que a Índia vem desenvolvendo, há décadas, um complexo industrial-militar capaz de planejar, desenvolver e fabricar carros de combate (*Arjun*), mísseis de curto, médio e longo alcance (*Prithvi*, *Brahmos* e *Agni*), submarinos nucleares (*Scorpène*, em parceria com a França), aviões de combate leves (*Tejas*), além da reconhecida competência no campo de satélites, especialmente pelo míssil anti-satélite recentemente testado.<sup>5</sup>

Segundo Shani, “a Índia é uma potência emergente em âmbito global em uma potência regional com base na superfície euro-asiática. Atualmente, a Índia já tem pretensões de até mesmo rivalizar com a China, buscando um posicionamento de destaque no Oceano Índico e acordos econômicos com países de seu entorno estratégico.”<sup>6</sup>

Outros dois pontos que colocam a Índia como destaque: o considerável tamanho de sua população e de seu território. Shani destaca que “somente a China a supera em termos de população, e somente que Rússia, Canadá, Estados Unidos, China, Brasil e Austrália, com respeito ao território”. A consciência dessa grandiosidade é um dos motivos da busca por autonomia estratégica.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. O entorno estratégico indiano: uma análise das ameaças e dos dilemas de segurança do país. Revista Conjuntura Global, V.11, n° 2, p. 20 – 40, 2022.

<sup>6</sup> SHANI, Varun. Índia: apesar de suas limitações, uma potência emergente. Revista Nueva Sociedad especial em português, setembro 2013, p. 125 – 138.

<sup>7</sup> Ibidem p. 126

Além disso, no campo econômico e militar a Índia se destaca como potência na região, pois seu Produto Interno Bruto (PIB) e gastos militares são muito superiores aos países vizinhos. Segundo Shani “ sua população, PIB e gastos militares são três vezes maiores que o de todos os seus vizinho juntos. (...) não surpreende a Índia ser uma potência de *status quo* no âmbito regional”.<sup>8</sup>

Levando em consideração esse preâmbulo, pode ser concluído que a Índia é uma potência regional com grande proeminência no sul da Ásia e com grande perspectiva de ser tornar um país capaz de rivalizar com a China, porém “o subdesenvolvimento também se manifesta numa infraestrutura inadequada, seja de portos, aeroportos, pontes, estradas, eletricidade, saneamento, escolas ou hospitais”<sup>9</sup>.

Tais características, mesclando fatores que a tornam uma potência regional e outros que apontam sua possibilidade de chegar a uma potência em âmbito mundial, bem como alguns que mostram que ainda possui características de países subdesenvolvidos, aproximam, guardada a devida proporção, a Índia da posição que o Brasil goza na América do Latina e no Atlântico Sul.

O Brasil também é considerado uma potência regional, mas, diferente da Índia, goza de uma maior proximidade com seus vizinhos. Para Lehmann o Brasil é o país dominante da América do Sul. É de longe o maior em termos de território e população, possui a maior economia da região e está situado em uma enorme reserva de recursos naturais<sup>10</sup> (tradução nossa).

Mesmo sendo considerado o país dominante na região, o Brasil possui algumas mazelas nas áreas de infraestrutura e social, que o aproxima de países menos desenvolvidos, assemelhando-se com a situação que a Índia também possui. Segundo Domingues, “uma análise qualitativa demonstra que o país está atrás de diversos vizinhos em indicadores socioeconômicos como IDH<sup>11</sup>, Doing Business, Economic Freedom Index e Global Competitiveness Index” (...) <sup>12</sup>, apresentando igualmente a mescla dicotômica que está presente na nação indiana.

---

<sup>8</sup> Ibidem p. 128

<sup>9</sup> Ibidem p. 132

<sup>10</sup> LHEMANN, kai Enno. Can Brazil Lead? The Breakdown of Brazilian Foreign Policy and What it Means for the Region. *Rising Powers Quarterly*, Volume 2, Issue 2, pp. 125 – 147. Institute of International Relations, University of São Paulo (IRI-USP).

<sup>11</sup> De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2021, o Brasil figura na 87ª colocação. O país ficou atrás do Chile (42º), Argentina (47º), Uruguai (58º) e Peru (84º). A Índia se encontra na 132ª posição, atrás de China (79º); Tajiquistão (122º) e Bangladesh (129º).

<sup>12</sup> DOMINGUES, Reinaldo Alencar. Uma Potência Regional em Construção? O Brasil na América do Sul durante os anos Lula (2003 – 2010). *Revista Política Hoje*, 2ª Edição, Volume 22, pp. 231-248.

Outro ponto interessante de convergência entre os países, é o fato de estarem se empenhando para integrar o Conselho de Segurança da ONU, como integrantes do G4 com Alemanha e Japão<sup>13</sup>, e terem atuação destacada em organismos multilaterais como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde Brasil e Índia são, respectivamente, o quarto e o quinto mais ativos atores no mecanismo de soluções de controvérsias.<sup>14</sup>

Partindo de tais semelhanças, este trabalho visa analisar os fatores que levaram a indústria de defesa indiana ter, no período pós Segunda Guerra Mundial até a atualidade, maior sucesso no seu desenvolvimento do que a brasileira, comparar com o que ocorreu no Brasil e analisar se há alguma ação que possa ser replicada em território nacional. Para tanto, os fatores serão trabalhados dentro das seguintes expressões do poder nacional<sup>15</sup>: Fisiográficos, psicossociais, políticos, militares e econômicos.

---

<sup>13</sup> KUNRATH, Bruna; SILVA, André Luiz Reis. Brasil e Índia na Reforma do Conselho da ONU: o Posicionamento dos Membros Permanentes e os Apoios Regionais. *Carta Internacional*, Vol 9, nº 1, pp. 121 – 143, junho 2014.

<sup>14</sup> FLAMES, Daniel. O Brasil na Iniciativa BRIC: Soft Balancing numa Ordem Global em Mudança? *Rev. Bras. Pol. Int.* 53 (1), p. 141 – 156, 2010.

<sup>15</sup> CASTRO, Tiago Castro de. Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de história, geografia e geoestratégia. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

## 2. FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID DA ÍNDIA

### 2.1. Fatores Fisiográficos

Com um território de cerca de 3,3 milhões Km<sup>2</sup>, a Índia ocupa o subcontinente indiano no sul da Ásia, com grande projeção sobre o Oceano Índico. Banham sua costa o Mar da Arábia, a oeste; o Golfo de Bengala, a sudeste; e, ao norte, o país é delimitado pelas montanhas de *Karakoram* e Himalaia. Politicamente, tem grandes fronteiras com a China ao norte e nordeste, com o Paquistão a noroeste, além de com outros países menores, como Butão, Nepal, Bangladesh e Mianmar.<sup>16</sup> Suas fronteiras terrestres têm uma extensão de cerca de 15 mil Km com sete países vizinhos.<sup>17</sup>

Dos países que fazem fronteira com o território indiano, China e Paquistão têm conflitos fronteiriços que remontam ao início da segunda metade do século passado. A saída dos ingleses do subcontinente indiano deixou uma situação indefinida entre hindus e muçulmanos culminando com a criação do Paquistão e de Bangladesh. Quanto a este fato Mohan afirma: “(...) a separação do subcontinente do sul da Ásia em linhas religiosas (primeiro em Índia e Paquistão, em 1947; depois em Índia, Paquistão e Bangladesh, em 1971) deixou a Índia em conflito persistente com o Paquistão (...)”.<sup>18</sup>

Kaplan afirma que a pressa e o tumulto com que os ingleses partiram, em 1947, contribuíram para que o subcontinente indiano fosse dividido de uma maneira mais profunda e mais formalizada que qualquer outro período anterior da história daquela civilização.<sup>19</sup>

Além disso, no ano de 1962, China e Índia entraram em conflito para a definição de suas fronteiras. Os indianos defendiam que as fronteiras deveriam ser definidas baseadas em questões de costume e geografia, enquanto os chineses diziam que a delimitação fronteiriça era fruto da época colonial e estavam sujeitas a correções. Naquele ano, os indianos sofreram uma grande derrota, mas os chineses retornaram as posições anteriores ao conflito. Depois disso, chineses e indianos voltaram a se enfrentar por mais três vezes, em 1967, 1987 e 2020, na última, com 20 soldados indianos mortos.

---

<sup>16</sup> KAPLAN apud BARCELLOS, 2022, p. 22.

<sup>17</sup> INDIA, Ministry of Defense. Disponível em < <https://www.india.gov.in/topics/defence>. Consultado em: 21/04/2023.

<sup>18</sup> MOHAN, C. Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. STUENKEL, Oliver (Coord.). A Índia na ordem global – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.31.

<sup>19</sup> KAPLAN apud BARCELLOS, 2022, P.23.

Hoje entre os dois países existem duas regiões contestadas, *Arundral Pradesh*, contestada pela China por considerar pertencer ao Tibet – essa linha de fronteira foi definida em 1914 pelos ingleses - e *Akisai Chin*, adjacente à já conturbada região da Caxemira.<sup>20</sup>

A disputa pela Caxemira é uma história à parte. Por resolução da ONU, de 1947, fruto do processo de descolonização britânico, haveria um plebiscito para que a população da região decidisse o estatuto territorial, mas esta votação nunca ocorreu, já que a Índia anexou a região a seu território, a partir desse ato começou um conflito com o Paquistão e a região foi dividida entre os dois contendores. Alves, Ponté e Aparecido afirmam que:

O conflito da Caxemira gira em torno principalmente da disputa entre Índia e Paquistão pelo território fronteiriço. Outros grupos militantes também estão inseridos no confronto, colaborando para a deterioração da segurança regional. Foram totalizadas 70 mil mortes pelo conflito, sendo 45 mil devido a ataques chamados terroristas nos últimos 30 anos. A disputa se iniciou em 1947, a partir de uma guerra entre os principais envolvidos e perdura até hoje.<sup>21</sup>

Outro ponto que aumentam as tensões na região da Caxemira é a disputa pela água do rio Indo, que tem seu percurso quase totalmente dentro do Paquistão, mas tem suas nascentes na parte indiana da Caxemira. Barcellos destaca que após os ataques terroristas a *Pulwama*, em 2019, a Índia reduziu o acesso à água dos rios afluentes do Indo, criando mais tensões sobre a disputa da água.<sup>22</sup>

A figura 2 traz a situação das áreas onde a Índia tem conflitos com a China e com Paquistão.

---

<sup>20</sup> CHAGAS, Gabriela. As tensões entre China e Índia: disputas territoriais e rivalidade histórica. Núcleo de Estudo do BRICS – UFRGS, 06/08/2020.

<sup>21</sup> ALVES, R. Queiroz; PONTÉ, J. Victor; APARECIDO, J. Mori. Os conflitos na região da Caxemira. Série Conflitos Internacionais – Observatório de Conflitos Internacionais, UNESP, V.6, n.5, outubro de 2019, p.1. outubro-de-2019.pdf. Consultado em: 21/04/2023.

<sup>22</sup> BARCELLOS, 2022, p. 33.



FIGURA 1- Conflitos fronteiriços da Índia

Fonte: <https://www.ufrgs.br/nebrics/as-tensoes-entre-china-e-india-disputas-territoriais-e-rivalidade-historica/>

A Índia tem como fronteiras marítimas o Oceano Índico e Mar da Arábia, colocando-a ao lado das rotas mais importantes e disputadas no mundo, que escoam a produção de petróleo do Oriente Médio e fazem a ligação do Canal de Suez com os portos Asiáticos. Barcellos ressalta que aproximadamente 70% do tráfego marítimo mundial passa pelo Oceano Índico.<sup>23</sup>

Destaca-se que no seu entorno estratégico, do outro lado do Mar da Arábia, encontra-se o problema dos piratas somalis, que prejudicam a passagem de navios naquela importante região do globo.

Shivshankar Menon, diplomata indiano, tratando sobre como a Índia poderia contribuir para sanar o problema da pirataria na costa da Somália, afirma que a “Índia poderia bloquear a costa enquanto as tropas da UA<sup>24</sup> agiriam contra os santuários piratas em terra, e o mundo através do Conselho de segurança, cortaria suas linhas financeiras”. A captura e punição dos piratas e seus apoiadores levaria ao desenvolvimento da Somália e a perda do interesse por essa atividade criminosa.<sup>25</sup>

Não bastasse todos estes fatores citados até agora, a Índia ainda tem no Oceano Índico, sua área natural de influência, várias bases de grandes potências mundiais, como a base anglo-americana na ilha de Diego Garcia e a construção de uma

<sup>23</sup> BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. A Grande Estratégia Indiana para o Século XXI: entre manutenção da Potência Regional e a Ambição de Tornar-se Potência Mundial. 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, julho 2017, p.3..

<sup>24</sup> União Africana.

<sup>25</sup> MENON, Shivshankar. A Índia e o cenário global. STUENKEL, Oliver (Coord.). A Índia na ordem global – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.112.

base chinesa nas Ilhas Maurício, colocando a disputa entre Estados Unidos e China dentro da área de seu interesse.

A localização dentro da área de navegação mais importante do planeta; sua grande fronteira terrestre, com destaque para os conflitos com Paquistão e China; e inserido em um entorno estratégico problemático, como a presença de piratas somalis, possibilitou que os indianos desenvolvessem um sentimento de necessidade de estruturarem forças militares capazes de prover a sua segurança. Assim, esse fator parece ter tornado favorável a busca por implementar uma BID capaz de ter autonomia estratégica em relação a outros países.

## 2.2 Fatores Psicossociais

A Índia é um país que possui uma cultura milenar tão antiga quanto a do seu grande vizinho, a China. Com a presença de uma cultura tão longeva, dentro de seu território há inúmeras línguas e dialetos. Nehru<sup>26</sup>, primeiro-ministro indiano, afirma no final da década de 1930, que a Índia possuía cerca de 222 línguas e ou dialetos e que a língua dominante era o hindustano (hindi ou urdu), que já era falado por enorme bloco de 120 milhões de pessoas e era compreendido por outros milhões.<sup>27</sup>

Dentro dessa grande diversidade de línguas e dialetos, há uma abundante quantidade de religiões que convivem dentro do território indiano, com destaque para os hindus e os muçulmanos, acentuando ainda que através dos séculos houve a chegada de cristãos, judeus e outras religiões menos conhecidas, sempre sendo absorvidas pela cultura local. Nehru descreve a chegada dos seguidores de Maomé ao subcontinente indiano ocorreu logo após o advento do islamismo e encontraram um ambiente de aceitação e com possibilidade de propagar a sua fé. Os conflitos ocorreriam apenas quando os muçulmanos chegam com pretensão de saque ou conquista.<sup>28</sup>

No entanto, mesmo com tantas divisões internas, sempre houve uma ideia de unidade arraigada na sociedade a ponto de ser aceita por quem era recém-chegado à

---

<sup>26</sup> Jawaral Nehru foi primeiro-ministro da Índia de 1947 até sua morte, em 1964. Liderou o Movimento pela Independência Indiana, seguindo Mahatma Ghandi, e contribuiu com estabelecimento de uma Índia moderna, através de uma estratégia de democracia, liberdade e paz.

<sup>27</sup> NEHRU, Jawaharlal. A Índia e o equilíbrio de poder. STUENKEL, Oliver (Coord.). A Índia na ordem global – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, pp 20 e 21.

<sup>28</sup> Ibidem p. 16.

região, essa unidade essencial perdura ao longo de eras, encontrando exemplo parecido apenas na China, que possui uma cultura tão contínua e antiga.<sup>29</sup>

O Presidente da Assembleia Legislativa da Índia de 1920 a 1925, Sir Frederick Whyte, ressalta esse sentimento de unidade e a grande diversidade presente no país:

(...) a maior de todas as contradições na Índia é que, sobre essa diversidade, está espalhada em uma unidade superior, a qual não é imediatamente evidente porque fracassou historicamente em sua tentativa de encontrar expressão em qualquer coesão política a fim de unificar o país, mas que é uma realidade tão grande e tão poderosa, que até mesmo o mundo muçulmano na Índia se vê obrigado a admitir que foi profundamente afetado ao adentrar seu campo de influência.<sup>30</sup>

A elite do país alimenta uma crença da grandeza da civilização indiana e, também, em um futuro papel de grande potência que cabe à Índia, como se fosse a versão indiana do Destino Manifesto norte-americano, que tem os EUA como uma nação eleita entre os povos e que a providência ou a história lhe outorgou uma missão excepcional.<sup>31</sup> Nehru, como representante dessa elite, também possuía essa crença e trabalhou para que a Índia se destacasse como potência e tivesse suficiente poder para ter autonomia em relação aos demais países. Ele afirma que “as forças trabalhando em prol da unidade indiana são formidáveis e esmagadoras, e é difícil conceber qualquer tendência separatista que possa quebrar essa unidade”.<sup>32</sup> Prosseguindo ele fala da vontade da Índia não ser apenas um instrumento passivo do destino ou da vontade dos outros.<sup>33</sup>

Quanto à capacidade da Índia permanecer independente, ele afirma que se “a Índia for forte o bastante para conquistar sua liberdade do imperialismo britânico, (...) parece sensato concluir que ela também será forte o bastante para resistir contra novas ofensivas”.<sup>34</sup>

Para garantir essa independência e autonomia, Nehru declara que “a Índia, é claro, seguirá todos os passos necessários para fortalecer suas defesas. Para tanto, ela possui, entre outros, os recursos industriais.”<sup>35</sup> Esta passagem mostra claramente que,

---

<sup>29</sup> Ibidem p. 13.

<sup>30</sup> WHYTE apud NEHRU, p.14.

<sup>31</sup> SANTOS, Sandro Marques dos. O Povo Eleito em Uma Terra Prometida: o Mito do Destino Manifesto e as Raízes do Nacionalismo Norte-Americano. Aedos, Porto Alegre, v. 14, N. 32, p. 140-155, jul-dez, 2022, p. 141.

<sup>32</sup> NEHRU, 2013, p.21

<sup>33</sup> Ibidem p.27

<sup>34</sup> Ibidem p.24.

<sup>35</sup> Ibidem p.25.



à época, pouco antes da independência indiana, a elite daquele país já tinha uma ideia de utilizar todo um poderio industrial para conseguir defender sua autonomia e interesses no globo.

Menon afirma claramente que Nehru deu a Índia um sentimento de destino<sup>36</sup>, ou seja, como primeiro-ministro e representante da elite indiana, ele deu um rumo a seguir na geopolítica mundial.

No entanto, há fator psicossocial que exerce grande influência sobre a Índia desde sua independência: a desigualdade e a pobreza que atinge sua enorme população.

Quanto à pobreza, Nehru diz que é o problema vital e mais importante que se nos apresenta na Índia. Expõe ainda que seu país é rico em recursos agrícolas, em riquezas minerais e em material humano; apenas o povo é pobre.<sup>37</sup>

Em 1947, o indiano médio vivia por 26 anos, apenas 14% da população era alfabetizada e era um dos países mais pobres do planeta, com mais de três quartos da população abaixo da linha da pobreza<sup>38</sup>, segundo Menon.

Porém, esse panorama de pobreza vem mudando nas últimas décadas, com a ascensão da economia indiana no âmbito mundial. Segundo Das, esse crescimento da desigualdade foi bem menor na Índia que em outras nações. O coeficiente de Gini, uma medida de desigualdade de renda em uma escala de zero a 100, é 33, contrastando com 41 dos Estados Unidos, 45 da China e 59 do Brasil.<sup>39</sup>

O antagonismo entre islâmicos e hindus torna revoltoso o campo psicossocial da Índia, com destaque para a disputa com o Paquistão pela região da Caxemira e o apoio dos paquistaneses a ações terroristas em território indiano<sup>40</sup>, buscando enfraquecer o vizinho. Após o fim das hostilidades na região Caxemira, em 1965, houve a divisão em quatro áreas: Ladakh, Jamu e Vale da Caxemira (Índia), Azad Caxemira (Paquistão), área Norte (Paquistão) e Aksai Chin (China).<sup>41</sup>

Há a suspeita de que o governo britânico estimulou a divisão religiosa para o campo político de modo a enfraquecer o ascendente movimento nacionalista indiano

---

<sup>36</sup> MENON, 2013, p.99.

<sup>37</sup> NEHRU, 2013, p.10

<sup>38</sup> MENON, 2013, p.102

<sup>39</sup> DAS, Gurcharan. O modelo indiano. STUENKEL, Oliver (Coord.). A Índia na ordem global – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.52.

<sup>40</sup> BARCELLOS, 2022, p.33

<sup>41</sup> BARCELLOS, 2022, p.32

do início do século XX.<sup>42</sup> Tendo em vista esse movimento, foi criada a Liga Muçulmana, em 1906, que forçou o processo de formação e independência do Paquistão para dar um lar aos muçulmanos, aumentando o atrito entre hindus e islâmicos.<sup>43</sup>

O conflito pela Caxemira é bem complexo e envolve outras religiões além de muçulmanos e hindus, bem como questões históricas de ocupação da área. Barcellos destaca que o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) tentou resolver o problema por meio de plebiscito, porém a Índia jamais aceitou.<sup>44</sup> Chellaney destaca que a alegação do Paquistão de que a população da região e na sua maioria muçulmana não contempla outros aspectos, como questões éticas-culturais anteriores a essa questão religiosa, há maiorias religiosa em diferentes partes da região: budistas, hindus e muçulmanos xiitas.<sup>45</sup> A questão é muito mais complexa e, além disso, o Paquistão fomenta a formação de células terroristas na região.<sup>46</sup>

Corroborando a questão étnico-culturais, Nehru expõe a questão histórica da ocupação do subcontinente indiano e Ásia Central:

Ainda assim, a ideia de uma unidade política indiana sempre persistiu e reis e imperadores buscaram realizá-la. De fato, Asoka<sup>47</sup> alcançou essa unidade há 2 mil anos e construiu um império muito superior ao britânico na Índia de hoje. Ele se estendia pela Ásia Central e incluía o Afeganistão. Apenas a pontinha sul da Índia ficava de fora (...).<sup>48</sup>

A história da Índia remonta a 46 séculos atrás e tem como origem a civilização de Harapa (2600 a.C. – 1900 a.C.). Sahni descreve como é importante a história deste povo para suas pretensões contemporâneas: “um profundo sentimento de certeza milenar e de civilização impregna a maioria dos indianos, especialmente o que têm educação formal.”<sup>49</sup>

Enfim, as questões psicossociais que envolvem a Índia são ricas e complexas. Nesse âmbito, destaca-se o sentimento de grande nação milenar, que serve como exemplo para as demais nações do mundo, servindo como um mito agregador do

<sup>42</sup> SANDEEP apud BARCELLOS, 2022 p.32

<sup>43</sup> KAPLAN apud BARCELLOS, 2022, loc. cit.

<sup>44</sup> SANDEEP apud BARCELLOS, 2022, loc. cit.

<sup>45</sup> CHALLANEY apud BACELLOS, 2022, loc. cit.

<sup>46</sup> BARCELLOS, 2022, p. 32 e 33

<sup>47</sup> Asoka: último grande imperador da dinastia Maurya da Índia. Reinou de 265 a 238 A.C. Disponível em <<https://www.britannica.com/biography/Ashoka>>. Consultado em: 22/04/2022

<sup>48</sup> NEHRU, 2013, p.12.

<sup>49</sup> SAHNI, 2013, p. 135.

sentimento nacionalista. Sua elite intelectual e política está convencida desse destino brilhante reservado à nação indiana.

Porém, esse sentimento nacionalista busca ser enfraquecido pelo Paquistão, que fomenta a divisão entre hindus e islâmicos dentro do território indiano, inclusive com o incentivo a células terroristas. Isso gera sensação de insegurança e conflitos interno exigindo maior preocupação com segurança e defesa.

Assim, estes dois fatores são fomentadores do sentimento de ter forças capazes de garantir a posição de destaque que a Índia tem por direito, bem como afastar as forças adversas que buscam afastar a nação de seu principal objetivo. Para manter uma força capaz de executar essas tarefas é necessária uma BID com autonomia em relação a outros atores internacionais.

### 2.3 Fatores Políticos

A Índia é uma república composta por vinte e oito estados e sete territórios. Seu regime de governo é parlamentar e é considerada uma democracia. Segundo Shani, o país “é uma democracia liberal que se fortaleceu num entorno social pluralista e multicultural.”<sup>50</sup> A experiência democrática na Índia é um dos fatores que impactam positivamente na expansão econômica e no aumento da importância política do país no cenário internacional.<sup>51</sup>

Inicialmente, logo após a independência, a elite indiana, liderada pelo Primeiro-Ministro Nheru, adotou um modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado no planejamento estatal, buscando evitar a interferência de interesses privados para atingir um rápido crescimento nestes dois campos, ou seja, uma estrutura socialista. Para ele o interesse privado impediria a rápida industrialização do país e desenvolvimento de serviços sociais – educação, saneamento etc. Para o Primeiro-Ministro o problema era tão complexo que somente o Estado poderia resolvê-lo.<sup>52</sup>

A opção política por um sistema socialista pode ter parecido uma excelente ideia como atalho para atingir os grandes objetivos indianos, no entanto, foi causa de uma queda na economia e uma consequente perda de influência durante os anos iniciais da segunda metade do século XX. Mohan expõe que o sistema socialista indiano

---

<sup>50</sup> Ibidem p.126.

<sup>51</sup> Ibidem p. 135.

<sup>52</sup> NEHRU, 2013, p. 23-24.

causou um declínio econômico relativo constante e uma consequente perda de influência nos anos após a independência.<sup>53</sup> Esses efeitos, consequência da escolha de um modelo baseado no planejamento estatal, influenciam, ainda hoje, a indústria de defesa indiana.

A independência indiana ocorre logo no início da Guerra Fria, onde EUA E URSS imperavam em mundo bipolar dividido entre as duas potências. Assim, Nehru busca uma política de não alinhamento em relação às grandes potências. Durante o governo interino, o Primeiro-Ministro declarou que a Índia propunha um distanciamento em relação aos interesses das duas potências mundiais e que direcionaria os esforços para formação de uma comunidade multilateral no âmbito mundial.

O então Primeiro-Ministro Indiano, levava à risca sua ideia de não alinhamento com as grandes potências da época, buscando o surgimento de um Terceiro Mundo independente da disputada que ocorria entre os dois polos políticos. A ideia de Nehru era obter um mundo pacificado e com relações multilaterais fortalecidas, que possibilitasse o desenvolvimento indiano neste novo ambiente.<sup>54</sup>

Quanto ao protagonismo na Índia no cenário internacional, Menon afirma que nos anos 50 a Índia assumiu um protagonismo do que sua força permitia e na década de 1960, ocorreu exatamente o oposto. O equilíbrio entre força e prestígio somente ocorreu após 1971 e para o ele continuaria no futuro.<sup>55</sup>

Embora possuíssem prestígio para serem convidados para tratar das questões internacionais, os indianos ainda não possuíam força econômica e militar suficiente para subsidiar suas políticas externa.

Inicialmente, durante o governo de Eisenhower, os norte-americanos julgavam que a política de não alinhamento dos indianos não prejudicava os interesses dos Estados Unidos.<sup>56</sup> No entanto, como o recrudescimento do antagonismo com a URSS, os EUA passaram a não aceitar muito bem a posição do governo indiano e, durante toda o período de bipolaridade entre as duas potências dominantes, não manteve laços estreitos com a Índia, embora não tenha adotado um antagonismo rígido contra

---

<sup>53</sup> MOHAN, 2013, p. 31

<sup>54</sup> MENON, 2013, p. 99.

<sup>55</sup> Ibidem p.100

<sup>56</sup> Ibidem p. 99.

o país – pois a Índia permaneceu com a *Commonwealt* – sendo os norte-americanos os principais doadores de recursos para os indianos durante a década de 1950.<sup>57</sup>

Cabe ressaltar, que os norte-americanos já tratavam a Índia com desconfiança. Um documento datado de 1949 e escrito pelo embaixador Phillip C. Jessup, demonstra este sentimento:

A Índia emergiu da Segunda Guerra Mundial como a potência mais poderosa da Ásia. Sua posição de domínio provavelmente aumentará à medida que seu potencial for desenvolvido. Não temos grandes garantias de que no futuro a Índia se aliará a nós e temos algumas razões para acreditar que não. O Paquistão, se receber um incentivo razoável, pode ser um amigo mais confiável.<sup>58</sup> (tradução nossa)

Os americanos iniciaram em 1954 um programa que previa uma maciça ajuda militar ao Paquistão. Diante disso, na tentativa de obter um equilíbrio de forças, a Índia se aproxima da URSS sem adotar um alinhamento com o bloco comunista, obtendo importante apoio para o desenvolvimento da indústria pesada, de armamentos e da produção de energia nuclear,<sup>59</sup> colocando os indianos ao lado dos perdedores da corrida política da segunda metade do século XX.<sup>60</sup>

Em 1955, com a assinatura do Pacto de Bagdá, foi criada a *Middle East Treaty Organization*, organização de defesa que incluía Turquia, Irã, Paquistão Iraque e Reino Unido. Em 1959, o Iraque se retira da organização e, no mesmo ano, os EUA entram como estado associado<sup>61</sup>, que passa a chama-se *Central Treaty Organization* (CENTO)<sup>62</sup>. Com este apoio explícito dos EUA a uma organização de defesa que tinha como estado integrante o Paquistão, a Índia se afasta mais ainda dos norte-americanos.

Apesar de ser a maior democracia do mundo – maior população sob um regime democrata – a Índia acaba se alinhando com à URSS, quando, em 1971, assina o Tratado de Cooperação e Amizade Indo-soviético, aumentando mais ainda a crise bilateral com *Washington*. Mohan descreve esse tratado e o pragmatismo indiano da seguinte forma:

<sup>57</sup> PANT apud BARCELLOS, 2022, P. 34.

<sup>58</sup> JESSUP apud OLIVEIRA, Amaury Porto de. Índia: Estratégia e Política Externa. Campinas. Agosto de 2008. p.3. content/uploads/2021/09/india\_estrategia\_e\_politica\_externa\_amaury\_banhos\_porto\_de\_oliveira.pdf. Acesso em: 08/05/2023.

<sup>59</sup> OLIVEIRA, 2008, p.3.

<sup>60</sup> MOHAN, 2013, p. 31 – 32.

<sup>61</sup> Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Central-Treaty-Organization>>. Consultado em: 07/05/2023.

<sup>62</sup> WEISS apud BARCELLOS, 2013, p. 34.

Contrariamente a uma crença especialmente difundida na própria Índia, Nova Déli não teve dificuldade em fazer alianças quando seus interesses assim o exigiam. Sua relação com a União Soviética, construído em torno do tratado de paz e amizade de 1971, tinha muitas características de uma aliança (apesar da afirmação da Índia de que tais laços eram coerentes com o não alinhamento, o pacto foi em muitos aspectos uma resposta clássica ao alinhamento de Washington, Pequim e Islamabad).<sup>63</sup>

A Índia retoma um relacionamento mais próximo com outras potências depois do fim da Guerra Fria, com as relações com os EUA melhorando gradativamente durante o a década de 1990. No entanto, em 1998, após a detonação de um artefato nuclear indiano, os norte-americanos retomaram as críticas e aplicam sanções econômicas.<sup>64</sup>

No ano de 2000, Condoleezza Rice, em um artigo, faz menção da importância estratégica da Índia para o equilíbrio regional: “(...) a Índia é um elemento do cálculo chinês e ela deveria ser dos Estados Unidos também. Ela ainda não é uma grande potência, mas tem o potencial de emergir como uma”.<sup>65</sup> Podemos identificar aí uma mudança na visão dos EUA quanto ao papel da Índia na Ásia. É fato que, no ano de 2011, o presidente George W. Bush retira as sanções sobre os indianos.<sup>66</sup>

Em 2008, Rice, em artigo na *Foreign Affairs*, afirma que as relações entre norte-americanos e indianos nunca forma tão amplas e boas. Fruto desta melhora de relações, o acordo nuclear, que estava sendo costurado desde 2005, entra em vigor em outubro de 2008. Em 2010, Hilary Clinton declara que a Índia era um parceiro indispensável e criaram o Diálogo Estratégico, que seria realizado anualmente. Além disso, em 2011, Barack Obama declarou apoio ao pleito da Índia para ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).<sup>67</sup>

Em anos posteriores a parceria entre os dois países cresce ainda mais, quando, em 2016, a Índia é reconhecida como *major defence partner* (parceiro estratégico em defesa). Já em 2018, Donald Trump e Modi assinaram o Communications Compatibility and Security Agreement (COMCASA), possibilitando o uso de aparelhos de comunicação sensíveis dos EUA.<sup>68</sup>

---

<sup>63</sup> MOHAN, 2013, p. 46.

<sup>64</sup> BARCELLOS, 2022, p. 34.

<sup>65</sup> RICE apud BARCELLOS, 2022, loc. cit.

<sup>66</sup> WAGNER apud BARCELLOS, 2022, loc. cit.

<sup>67</sup> BARCELLOS, 2022, loc. cit.

<sup>68</sup> Ibidem loc. cit.

Por fim, pode ser citado a criação do QUAD<sup>69</sup> – *Quadrilateral Security Dialogue* (Diálogo de Segurança Quadrilateral) – que é um fórum informal de segurança que engloba Índia, EUA, Japão e Austrália, com destaque para os exercícios militares realizados em conjunto, tendo como principal alvo o poder econômico e militar da China na região.

A busca pela contenção da influência da China no entorno estratégico indiano já vem de longa data, Mohan diz que (...) “Na verdade, impedir a China de ganhar influência excessiva na vizinhança imediata da Índia e competir com Pequim no Sudeste Asiático ainda estão entre os elementos mais duradouros da política externa da Índia”. Deste modo, Nova Déli vem atuando nos organismos de cooperação no Sudeste Asiático, buscando não ficar em um segundo plano em relação às ações de Pequim.<sup>70</sup>

Outro ponto que pode ser destacado na melhora das relações entre indianos e estadunidenses, foi o combate empreendido pela Índia contra o terrorismo, que auxiliava a luta dos EUA contra os terroristas no pós-11 de setembro, levando o término da inclinação histórica da preferência norte-americana pela Paquistão na questão da Caxemira.<sup>71</sup> A Índia possui interesses comuns com os EUA quanto a contenção do islamismo radical no Oriente Médio, tendo em vista a grande população islâmica dentro de seu território. Durante a Guerra Fria, os indianos buscaram soluções próprias, sem ajuda norte-americana, para a questão do radicalismo, apoiando governos seculares, contando com o apoio de Rússia, Irã e países da Ásia Central.<sup>72</sup>

No entanto, ainda há pontos de atrito entre os dois países, como por exemplo a pressão que o governo Donald Trump fez para que os indianos não concluíssem a compra do sistema antiaéreo russo S-400 Triumpf, bem com as sanções levantadas contra o Irã, do qual a Índia é dos maiores clientes na compra petróleo.<sup>73</sup> Com a guerra da Ucrânia, outro ponto que surgiu foi a compra de petróleo a preços mais baixos da Rússia, contrariando a tentativa americana de sufocar economicamente os russos.

Deste modo, os indianos não consideram a relação com os EUA muito confiável, pois tem receio da dubiedade deles em relação à China, que pode criar uma parceira

---

<sup>69</sup> Ibidem loc. cit.

<sup>70</sup> MOHAN, 2013, p.47.

<sup>71</sup> Ibidem p.43.

<sup>72</sup> Ibidem pp.47-48.

<sup>73</sup> BARCELLOS, 2022, p. 35.

sino-americana ou entrarem em conflito com os chineses, podendo abandonar a Índia ou envolvê-la em um conflito de grandes proporções.<sup>74</sup>

A evolução dos acontecimentos nos mostra que os EUA passam a contar com a Índia como meio de contenção do poder chinês na Ásia, deixando inclusive que o programa nuclear indiano prosseguisse sem maiores percalços e dando acesso a tecnologias sensíveis que beneficiam as empresas de defesa hindus. No entanto, ainda persistem atritos e falta de confiança entre as partes, o que pode, futuramente, abalar tais acordos.

A Índia, desde sua independência, tem buscado uma política de não alinhamento entre a potências emergentes, que pode até ser considerado o gerador deste movimento pendular de proximidade com a Rússia ou com os Estados Unidos, no entanto, cabe destacar que ela jamais abandonou sua autonomia para conduzir sua política internacional para adotar um alinhamento irrestrito.<sup>75</sup>

Desde sua independência, a Índia destaca-se por ter uma estratégia bem clara quanto ao status que quer ocupar no mundo. Para isso ela dividiu o mundo em três círculos concêntricos: sua vizinhança imediata, onde buscou a primazia de seu poder e veto sobre ações de outras potências; sua vizinhança extensa, que chega à Ásia e ao litoral do Índico, onde tem procurado balancear a influência de outras potências; e o cenário global completo, onde vem tentando ocupar um lugar entre as grandes potências.<sup>76</sup>

Barcellos denomina a busca de protagonismo da Índia nas relações globais como a Grande Estratégia indiana, que se baseia em sua política externa e em ter capacidade no campo da segurança para que não sofra pressões de outras nações no intuito de impedir que atinja seus objetivos no cenário internacional.<sup>77</sup>

Segundo Parmar a Grande Estratégia é:

Uma cadeia político-militar de meios e fins, uma teoria do Estado a respeito de como ele pode melhor garantir a segurança para si mesmo. Isso pode ser definido com a arte e ciência do desenvolvimento e do uso dos meios políticos, econômico,

---

<sup>74</sup> MADAN apud BARCELLOS, 2022, p.36

<sup>75</sup> MENON, 2013, p.97.

<sup>76</sup> MOHAN, 2013, pp 30 e 31.

<sup>77</sup> BARCELLOS, 2017, p.4.



diplomático, psicológico e militares, todos em tempo de paz e guerra, para salvaguardar os interesses da segurança nacionais.<sup>78</sup> (tradução nossa)

Para Narlikar a Índia “sempre teve ambições globais e não regionais”<sup>79</sup>, o que gera um maior foco na sua política externa e na sua segurança bem maior que outras potências regionais, inclusive o Brasil. Além disso, o sentimento da sua elite de que a Índia é mais do que um país destinado a ter um protagonismo regional e sim a representação de uma civilização que deva ser seguida como modelo por outros países é a base desta estratégia, que orienta as ações dos indianos no cenário internacional.<sup>80</sup>

Para garantir o sucesso da Grande Estratégia, podemos citar a economia como um dos fatores essenciais para este país que tem aspirações de grandeza. Além disso, pode serem mencionadas as relações internacionais e o desenvolvimento de poder militar capaz de manter os interesses da Índia frente às demais potências e projetar seu poder em áreas de interesse, por meio da dissuasão e do convencimento.<sup>81</sup>

No campo das relações internacionais (fatores econômicos e militares serão tratados mais profundamente à frente), a Índia busca uma inserção cada vez maior em acordos de cooperação com nações africanas, ricas em minérios e nações médio-orientais com grandes reservas de petróleo, objetivando suprir suas deficiências em fontes de alimento e energia. Embora seja exportadora de alimento – arroz por exemplo – a Índia tem a necessidade de importar trigo da Argentina e Rússia e soja do Brasil.<sup>82</sup>

Mohan<sup>83</sup> expõe que a Índia, após um longo tempo à margem de instituições regionais e globais, buscou uma maior ação neste meio traçando acordos com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>84</sup>, com o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)<sup>85</sup> e a Comunidade de Desenvolvimento do Sul Africano. Além disso, empresas indianas passaram a explorar petróleo em outras partes do mundo como na Venezuela e na Sibéria.

<sup>78</sup> PARMAR, Sarabjeet Singh. The Maritime dimension in India's national strategy. Grand strategy for India, v. 2020, pp. 83-92, 2012, p. 83-84.

<sup>79</sup> NARLIKAR apud BARCELLOS, 2017, p.6.

<sup>80</sup> BARCELLOS, 2017, loc. cit.

<sup>81</sup> Ibidem loc. cit.

<sup>82</sup> Ibidem p.7.

<sup>83</sup> MOHAN, 2013, pp. 36-37.

<sup>84</sup> ASEAN: bloco integrado Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia.

<sup>85</sup> GCC: organização de integração econômica da região do Golfo Pérsico. Tem como integrantes: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait.

A Índia desde a década de 1940, após sua independência, vem buscando uma posição de destaque no cenário internacional e eles tem a noção exata que tem de lutar por obter seu lugar ao sol. Menon resume bem a situação dos indianos na sua busca por mais poder ao dizer que “(...) que o poder político e militar é o núcleo, é algo que os atuais detentores do poder não compartilham voluntariamente ou facilmente.”<sup>86</sup> Depreende-se daí que a relevância política e militar tem de ser conquistada.

O mesmo autor destaca que a Índia não pode se apressar em obter sua posição de destaque e cita inclusive outras potências regionais que buscaram antes da hora uma hegemonia global como o Japão militarista e a Alemanha Guilhermina, colocando em destaque a diferença entre peso, influência e poder. Na sua visão a Índia já possui peso, sua influência está crescendo, mas seu poder ainda precisa crescer.<sup>87</sup> Ou seja, à época do texto os indianos ainda não possuíam poder suficiente para fazer valer suas opiniões no cenário internacional, no entanto, atualmente, ela já está bem próxima de deter poder suficiente para isso.

Enfim, no campo político podemos concluir que a Índia se baseou desde sua independência nas ideias de Nehru, buscando seguir um caminho diferente das grandes potências globais em suas relações externas, que visava criar um ambiente multilateral nas relações entre os países.

A política de não alinhamento definitivo com as potências globais parece ter feito com que a Índia buscase uma maior influência política para que colocasse em prática as ideias de Nehru. Para tanto, foi verificado que essa estratégia deveria se basear em grande poder político, militar e econômico, de modo a não sofrer com pressões de outros países para o não atingimento de seus objetivos.

Indira Gandhi, ex-Primeira-Ministra indiana, afirmou que “a Índia será uma potência diferente e continuará a trilhar seu próprio caminho no mundo. Esse é o único caminho responsável que podemos seguir.”<sup>88</sup>

Para tanto, conclui-se que para ser uma potência diferente e atingir objetivos tão ambiciosos, já que tem de se opor a interesses de grandes potências, a Índia deverá desenvolver um poder militar compatível para dar base às suas políticas, que visam a

---

<sup>86</sup> MENON, 2013, p. 112

<sup>87</sup> Ibidem p.113.

<sup>88</sup> GANDHI apud MENON, 2013, p. 114.

garantia de alimento e energia para seu desenvolvimento e uma posição de destaque internacional, que possa garantir seus interesses frente as demais nações. Assim, a sua indústria de defesa deverá estar apta a suprir suas Forças Armadas, diminuindo ao máximo a dependência de produtos estrangeiros.

## 2.4 Fatores Militares

No campo militar, desde o final da década de 1930, ou seja, pouco antes da independência indiana, a elite do país já se preocupava em tornar a Índia forte o bastante para resistir contra novas ofensivas que pudessem colocar em risco a sua independência. Ressaltavam que, se o país fosse forte o bastante para conquistar sua liberdade em relação aos britânicos, ela teria força suficiente para resistir a qualquer outro país.<sup>89</sup>

Além disso, já havia a visão da importância de uma base industrial para atingir essa tão desejada posição em relação aos outros países, Nehru, afirma que: “A Índia, é claro, seguirá todos os passos necessários para fortalecer suas defesas. Para tanto, ela possui, entre outros, os recursos industriais.”<sup>90</sup>

Nesse sentido, Singh relata a importância da obtenção de armentos de fabricação nacional para a manutenção da independência do país sempre foi um objetivo perseguido pelo governo indiano:

Depois da independência e da adoção da política do não alinhamento, isto é... óbvio que a política externa necessitaria ser reforçada pela política de autonomia em defesa... O primeiro-ministro Jawaharlal Nehru acreditou que nenhum país será verdadeiramente independente ao menos que seja independente em termos de armamento.<sup>91</sup> (tradução nossa)

Segundo Bitzinger, Singh considera dois termos para definir autossuficiência: a *self-sufficiency* e a *self-reliance*. O primeiro aborda uma autossuficiência “plena”, com toda a produção de material militar feita dentro do país, inclusive tendo o conhecimento técnico e não só o material necessário para realizar esta fabricação. O segundo termo se refere a um nível de autossuficiência mais baixo, que envolve a

---

<sup>89</sup> NEHRU, 2013, p. 24.

<sup>90</sup> Ibidem p. 25.

<sup>91</sup> SINGH apud BITZINGER, Richard A. *The State of Defense Innovation in India: Can't It Catch Up with Global Leaders?* S Rajaratnam School of International Studies. IGCC Defense Innovation Briefes, janeiro 2014. p. 2.

produção local, que “permitia a importação de designs, tecnologias, sistemas e recursos estrangeiros.”<sup>92</sup>

Corroborando a posição de Singh, Menon aborda a questão da conquista de uma verdadeira autonomia estratégica e pontua a necessidade do desenvolvimento de uma indústria de defesa para produzir seus meios de emprego militar visando atingir este objetivo:

(...) Discutir uma autonomia estratégica ou o aumento nos graus de independência tem pouca relevância se nossa produção de defesas e capacidade de inovação não derem um salto quântico. Um país que não desenvolve e produz suas próprias plataformas bélicas tem uma grande fraqueza estratégica e não poderá conquistar uma verdadeira autonomia estratégica. Esse é um desafio real para todos nós.<sup>93</sup> (tradução nossa)

A abordagem de Menon, no início da década de 2010, demonstra a perenidade com que a Índia encara sua grande estratégia, perseguindo por décadas seus objetivos de conseguir sua autossuficiência na produção de seu material militar.

Outra autoridade indiana que mostra como o país busca incessantemente uma BID forte e a consequente independência nesse campo, foi o Ministro da Defesa indiano A. K. Antony, que disse, em 2010, que os objetivos dos indianos é obter uma forte base industrial de defesa e que a Índia não pode depender por um tempo indefinido de fornecedores externos. Ressalta ainda que cerca 65 a 70 por cento do equipamento militar é importado e que eles devem trabalhar para reverter essa tendência.<sup>94</sup>

K. Subrahmanyam<sup>95</sup> talvez defina melhor a diferença entre os dois termos. Ele diz que a *self-sufficiency* é um objetivo pelo qual se deve lutar para atingir e que a *self-reliance* é um fetiche. Ele aborda também que a *self-sufficiency* como conceito não é indicado para um país que não tenha a base industrial e P&D muito desenvolvidas e cuja capacidade de investir em projetos complexos e de longo prazo não é suficiente como os dos países mais desenvolvidos. Assim, ele aborda que a *self-reliance* é uma forma mais pragmática de abordar o problema, equipando as forças armadas com toda uma gama de produtos nacionais e estrangeiros.

---

<sup>92</sup> BITZINGER, 2014, p.2.

<sup>93</sup> MENON, 2013, p. 110.

<sup>94</sup> ALISSON, Rodnie. *Indian Aerospace: Poised for Takeoff?* Canadian Defense & Foreign Affairs Institute. Fevereiro 2012, p. 1.

<sup>95</sup> Foi um proeminente analista de assuntos estratégicos e membro do governo indiano.

De acordo com o conceito de Subrahmanyam, os analistas dividem o processo de industrialização de defesa da Índia em três fases: até meados da década de 1960, quando a *self-sufficiency* dá o direcionamento de todo o processo de industrialização; de meados da década de 1960 a 1980, quando o termo *self-reliance* substitui o termo *self-sufficiency* na produção de defesa; e de 1980 até os dias atuais, quando a *self-reliance* tem sido focada na coprodução e, desde o início dos anos 2000, há a implementação de uma nova dimensão nesse setor, que é a ênfase na participação de indústrias privadas.<sup>96</sup>

Quanto a decisão da Índia de uma abordagem mais pragmática da produção de material de defesa, Baskaram cita a fabricação em solo indiano de armentos oriundos de outros países:

Embora a *self-sufficiency* fosse a abordagem preferida, a *self-reliance* tem sido a prática quando se trata da produção de armamento indiano. Como tal, Nova Délhi há muito admitiu a necessidade de importar quantidades consideráveis de tecnologia militar – principalmente da União Soviética/Rússia, mas também da França e do Reino Unido – a fim de estabelecer expandir seu complexo militar-industrial nativo. Assim, desde o início dos anos 1960 até o final dos anos 1980, a Índia assumiu a produção licenciada de vários sistemas e armas estrangeiras, incluindo caças a jato MIG-21 e MIG-27, aeronaves de ataque Jaguar, helicópteros Alouette III, tanques T-55 e T-72, armas antitanque e corvetas Tarantul.<sup>97</sup> (tradução nossa)

Na primeira década após a independência, mesmo com a fabricação de equipamentos licenciados, o objetivo de Nova Délhi continuaria sendo o de substituir estes armentos por nacionais. Ainda na década de 1950, os indianos começam o projeto de um avião militar, o HF-24 Marut, que fez seu primeiro voo em 1961. Porém, a produção nacional não alçou longos voos até o início dos anos 80, quando foram concebidos programas ambiciosos que resultaram em equipamentos verdadeiramente operacionais, “como o Light Combat Aircraft (rebatizado Tejas em 2005); o Helicóptero Leve Avançado, o tanque Arjum e o Programa Integrado de Desenvolvimento de Mísseis Guiados”. Todos estes equipamentos ainda têm uma grande quantidade de tecnologia não autóctone, no entanto, o objetivo é atingir um nível cada vez maior de autossuficiência em relação a insumos estrangeiros.<sup>98</sup> Em

<sup>96</sup> BHERA, 2013, p. 34 – 35.

<sup>97</sup> BASKARAN apud BETZINGER, 2014, p. 2.

<sup>98</sup> BITZINGER apud BITZINGER, 2014, loc. cit.

1995, essa intenção foi reforçada, quando Nova Déli enfatizou que, em dez anos, pretendia elevar o nível de nacionalização de seus equipamentos militares de 30% para 70%.<sup>99</sup>

Tendo em vista a adoção de um modelo econômico socialista logo após a independência da Índia, o setor de produção de defesa também foi marcado por um grande número organizações estatais, que perduram até os dias e hoje. Um marco importante na origem e na evolução da BID, foi a criação, pelo Ministério da Defesa da Índia, da Organização para o Desenvolvimento e Pesquisa de Defesa – *Defense Research and Development Organisation (DRDO)* – em 1958, com a junção de dois outros órgãos no país. É o braço do Ministério da Defesa voltado para o desenvolvimento e tem como objetivo fornecer soluções de tecnologia de defesa para as Forças Armadas Indianas.<sup>100</sup> A criação de uma empresa voltada exclusivamente para a pesquisa e o desenvolvimento de material de defesa mostra a real dimensão da importância que Nova Déli dava para a obtenção da autonomia na área de fabricação de seus equipamentos militares.

A DRDO foi o resultado da primeira política industrial indiana implantada por Nehru, que visava o desenvolvimento da indústria pesada e obtenção da autossuficiência da indústria de defesa. Segundo Nayan, “a DRDO desempenhou um papel importante em ajudar a BID a se desenvolver na Índia.”<sup>101</sup>

O Departamento de Produção de Defesa – *Department of Defense Production (DDP)*- foi criado em 1962 para desenvolver a infraestrutura voltada para a fabricação de material de defesa como armas, sistemas e plataformas. Para alcançar a autossuficiência, o DDP utiliza para o desenvolvimento de equipamentos de defesa as Fábricas de Material Bélico – *Ordnance Factories (OF)* – e as Empresas Públicas do Setor de Defesa – *Defense Public Sector Undertakings (DPSUs)*.<sup>102</sup> Essa busca pelo incremento da indústria de defesa foi feita na esteira da guerra indochinesa.<sup>103</sup>

Quanto ao tamanho da participação das empresas públicas na Base Industrial de Defesa, Nayan relata que há 39 fábricas de material bélico, oito empresas do setor

<sup>99</sup> SINGH apud BITZINGER, 2014, loc. cit.

<sup>100</sup> INDIA, Ministry of Defense. Annual Report 2013-1014. p.82.

<sup>101</sup> NAYAN, Rajiv. Indian’s Defense Industry Base. Defense and Security Alert, agosto, 2012. p. 68.

<sup>102</sup> INDIA, 2014, p. 61.

<sup>103</sup> BEHERA, Laxman Kumar. *Defense offsets*. IDSA Mongraph Series, Nr 45. junho, 2015.

público, 50 laboratórios de defesa e que vem aumentando o número de grandes, média e pequenas empresas do setor privado.<sup>104</sup>

Bitzinger ressalta que mesmo após algumas mudanças feitas na segunda década do século XXI, a indústria de defesa indiana ainda é baseada em um grande complexo militar-industrial administrado pelo governo. Esse complexo industrial emprega cerca de 1,4 milhão de empregados e, em 2010, obteve receitas de US\$ 7,8 bilhões.<sup>105</sup> Para Behera, “o DRDO tem sido relativamente bem-sucedido no desenvolvimento de uma gama de tecnologias e produtos para as forças armadas”.<sup>106</sup>

Quanto a participação de empresas privadas na base industrial e defesa indiana, Atarodi expõe que somente a partir de 2001 Nova Déli autorizou a abertura de sua indústria de defesa, que era estatal e monopolista.<sup>107</sup> O governo indiano autorizou a participação de 100% de capital de empresas privadas indianas e 26% investimento estrangeiro privado, buscando incentivar a entrada de empresas particulares no setor.<sup>108</sup>

A principal característica das indústrias de defesa privadas indianas é que seus atores principais são empresas ou grupos empresariais que possuem múltiplas finalidades cuja sua entrada no mercado de defesa ocorreu recentemente. Um bom exemplo disso é a empresa Tata, especialista em fabricação de veículos, que investe em equipamentos eletrônicos de defesa junto com a Honeywell e em aviação com a Airbus. Outro fator que acelerou esse processo da participação privada, foi a abertura de mercado para *joint ventures* entre empresas indianas e estrangeiras, podendo a empresa estrangeira ter 49% da estrutura comum. Além disso, há no mercado indiano pequenas e médias empresas especializadas, que oferecem serviços terceirizados para empresas estrangeiras, contribuindo para a ampliação do *Know how* em fabricação de produtos de defesa.<sup>109</sup> Essas características possibilitam uma maior eficiência e flexibilidade para a base industrial de defesa indiana privada, bem como aumentar a capacidade e obtenção de tecnologias e com sistemas de armas com maior conteúdo tecnológico, mostrando-se acertado o incentivo que Nova Déli deu ao setor.

---

<sup>104</sup> NAYAN, 2012, p. 68.

<sup>105</sup> BITZINGER, 2014, p. 3.

<sup>106</sup> BEHERA, Lazman Kurmar. *Indian Defense Industry. Issues of self-reliance*. IDSA Monograph Series. Institute for Defense. Studies and Analyses. Nr 21 julho 2013, p. 29.

<sup>107</sup> ATARODI apud DE SILVA, 2017, p. 200.

<sup>108</sup> NAYAN, 2012, p. 69.

<sup>109</sup> MEMHELD apud DE SILVA, 2017, p. 201.

Outro fator a ser destacado no setor de produção militar são as políticas offset adotadas pela Índia no intuito de mudar sua BID para atingir a capacidade de fabricar sistemas e peças nacionalmente<sup>110</sup>. Para padronizar o entendimento de offset será usada a definição constante na Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece que: “É toda e qualquer prática compensatória acordada entre as partes, como condição para a importação de bens e serviços e tecnologia, com a intenção de gerar benefícios de natureza industrial, tecnológica e comercial.”<sup>111</sup>

A Portaria define que esses benefícios poderão ser concretizados na forma de: coprodução; produção sob licença; produção subcontratada; investimento financeiros em capacitação industrial tecnológica; transferência de tecnologia; obtenção de materiais e meios auxiliares de instrução; treinamento de recursos humano e contrapartida comercial.

A Índia, até 2014, assinou 25 contratos de offset em um valor de US\$ 4,8 bilhões, que não gerou benefícios concretos para a indústria nacional. Essa situação foi gerada pelo fraco acompanhamento dos contratos, falta de transferência de equipamentos e a seleção equivocadas de parceiros, que possuíam restrições de exportação ou necessidade de honrar direito de propriedade intelectual.<sup>112</sup>

De acordo com Bitzinger, a BID indiana tem problemas culturais, financeiros e estruturais. Por ser formada majoritariamente por empresas estatais, ela sofre de uma grande ociosidade, pois tem uma força de trabalho inchada e uma grande quantidade de meios, a estimativa é que opere apenas com 50% de sua capacidade produtiva.<sup>113</sup>

Sharma, general do Exército Indiano, relata que “vícios comuns a outras atividades econômicas, tais como ineficiência, falta de responsabilidade corporativa, baixa inovação, emprego de tecnologias de baixo conteúdo tecnológico e alto custo”.<sup>114</sup>

Em janeiro de 2012, entrou em vigor a Defense Production Policy (DPrP) – Política de Produção de Defesa – buscando dar mais foco no caminho a ser seguido pela indústria de defesa. Pode-se destacar os três objetivos principais dessa política;

---

<sup>110</sup> MEMHELD apud DE SILVA, 2017, p. 202.

<sup>111</sup> BRASIL. Portaria Normativa nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002. Aprova política e as Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasil, 2002.

<sup>112</sup> BEHERA apud DE SILVA, 2017, p. 202.

<sup>113</sup> BITZINGER, 2014, p. 5.

<sup>114</sup> SHARMA apud DE SILVA, 2017, p. 203.



dar substantiva autossuficiência no projeto, desenvolvimento e produção de equipamento/armas/sistemas e plataformas necessários à defesa; criar condições para a indústria privada assuma papel ativo na produção e aumentar o potencial das pequenas e médias empresas e ampliar a base P&D no país.<sup>115</sup> Com esta política a Índia busca dar maior dinamismo a sua BID, bem como aumentar a participação da iniciativa privada e a consequente diminuição da subutilização do parque fabril voltado à defesa.

No campo estrito do poder militar, pode-se destacar a grande importância que vem sendo dada a marinha indiana. Dois documentos dão embasamento ao crescimento de seu poder naval e a consequente possibilidade de projeção de poder em seu entorno estratégico, principalmente no Índico, e, porque não dizer, em todo o globo. Os documentos são o *Indian Maritime Doctrine* - Doutrina Marítima Indiana - de 2004 (revisada em 2009) e o *Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy (ESS:IMSS)* – Garantindo a Segurança Marítima: Estratégia de Segurança Marítima Indiana. O ESS:IMSS descreve a estratégia naval para a projeção de poder e a resposta às ameaças marítimas, a importância do Índico para o desenvolvimento indiano, imperativos econômicos e geográficos, estratégia de dissuasão e estratégia de conflito.

A Doutrina Marítima Indiana (DMI) aponta mudanças estratégicas como a mudança do eixo do Atlântico para o Pacífico; consideração do uso da marinha indiana para o combate ao terrorismo e à pirataria e ampliação da atuação da marinha no cenário geopolítico internacional. Um ponto importante é o reconhecimento da marinha como um dos atores principais para a garantia dos interesses da Índia no cenário internacional, destacando-se o conceito da *blue water navy* (marinha de águas azuis), que seria a capacidade da força naval operar a 320 km de sua costa.<sup>116</sup> Cabe ressaltar que, antes desse documento, ‘a estratégia naval indiana concentrava-se na proteção da costa e em limitadas operações de defesa, com a DMI busca expandir poder sobre o Índico e dominar a Região do Oceano Índico’.<sup>117</sup>

Shri Pranab Mukherjee, presidente da Índia entre 2012 e 2017, disse em um discurso que:

Após aproximadamente um milênio de foco interno e terrestre, nós estamos mais uma vez direcionando nosso olhar para fora e na direção no mar, o

---

<sup>115</sup> BEHERA, 2013, pp 100-101.

<sup>116</sup> BARCELOS, 2022, p 27-28.

<sup>117</sup> BARCELOS, 2017, p. 9.

que é a direção natural da visão de uma nação buscando reestabelecer-se, não simplesmente como um poder continental, mas, mais ainda, como um poder marítimo que é importante no cenário mundial.<sup>118</sup>

O Oceano Índico é vital para a Índia, por ele passa aproximadamente 95% do seu comércio exterior. Assim, Nova Déli vem buscando o fortalecimento de sua marinha para contrabalancear o poder de outras potências na região como EUA, Reino Unido, França e, principalmente, a China. Para isso, vem fazendo exercícios militares com países limítrofes ao Mar da China; a ampliação de bases militares em regiões chave como Andamar e Nicobar; ampliação de sua influência em áreas historicamente não tradicionais como o estabelecimento de uma base militar no Tadjiquistão. No entanto, o que mais chama atenção é o crescimento do número de meios da marinha, que, em 2004, comprou o então porta-aviões russo Almirante Gorshkov (agora Vikramaditya) e construiu um segundo, o Vikrant, e tem o plano de ter 200 belonaves em operação até o ano de 2027.<sup>119</sup>

A DMI busca ainda o desenvolvimento da capacidade marítima nuclear, onde dá grande importância ao programa de construção dos submarinos nucleares da classe Arihant, SLBM (*submarine-launched ballistic missile*), que são capazes de lançar mísseis nucleares de alcance intermediário (3.500 km), aumentando a capacidade de dissuasão nuclear indiana.

A Doutrina Marítima também dá importância ao desenvolvimento da base industrial de defesa, pois dá uma clara orientação pela produção nacional do material importado. Nesse contexto, destaca-se o Advanced Technology Vessels (ATV), que é um programa que visa construir embarcações com alta concentração de tecnologias avançadas, prevendo construir submarinos nucleares, 15 destroyers e 17 fragatas e mais 2 porta-aviões.<sup>120</sup>

Quanto a organização da administração militar, chama a atenção um órgão, o Cabinet Committee on Security (CCS) – Comitê do Gabinete de Segurança – que cuida do planejamento e execução da política de defesa. O órgão é composto pelos ministros da Defesa, Fazenda e Relações Exteriores.<sup>121</sup> A criação deste órgão demonstra a

---

<sup>118</sup> MUKHERJEE apud BARCELLOS, 2017, p.7.

<sup>119</sup> BARCELLOS, 2017, p. 8.

<sup>120</sup> Ibidem p. 10.

<sup>121</sup> Ibidem loc. cit.

preocupação dos indianos com a sinergia entre vários setores para consecução de projetos na área da defesa.

Considerada a terceira maior do mundo, as forças armadas indianas têm um efetivo de aproximadamente 3,5 milhões de combatentes na ativa e reservistas. Os da ativa soma um total de 1.350.000 pessoas. Para equipar e treinar uma força tão grande e torná-la capaz de operar e cuidar dos interesses indianos, há a necessidade de grandes investimentos e uma base industrial de defesa capaz de prover meios sem deixar o país à mercê de interesses de outras potências.

Da análise desta seção, conclui-se que os líderes indianos sempre tiveram a certeza da necessidade uma indústria militar forte e autossuficiente para prover forças armadas capazes de defender seus interesses no cenário internacional. Hoje, possuem uma BID relativamente desenvolvida, mas com alguns problemas, no entanto, ela vem se mostrando capaz de dotar seu país com materiais nacionais de alta tecnologia e tem a possibilidade de deixar a Índia cada vez menos dependente de compras estrangeiras de material militar.

## 2.5 Fatores Econômicos

No meio século anterior à independência, a economia indiana contava com um crescimento pífio, que a aproximava da estagnação. Além disso, o crescimento populacional se aproximava das taxas de crescimento do PIB, prejudicando o aumento da renda *per capita* da população.<sup>122</sup> O período após conseguir sua autonomia política frente aos ingleses, não trouxe de imediato melhorias para a economia hindu.

Nehru e sua filha, Indira Ghandi, tomaram por base políticas socialistas fabianas (socialistas fabianos buscavam atingir objetivos socialistas por meios democráticos)<sup>123</sup> combinando as piores características do capitalismo e do socialismo. Baseando sua política econômica para o mercado interno e na substituição de importações, deixaram de aproveitar o grande crescimento econômico mundial que surgiu após o término da Segunda Guerra Mundial. A taxa de crescimento médio para o mundo em desenvolvimento era de cerca de 3% ao ano e a economia indiana não conseguia atingir nem a metade destes números.

---

<sup>122</sup> DAS, 2013, p. 54.

<sup>123</sup> Berlanza, Lucas. Fabianos, sociais-democratas, liberais sociais: uma tentativa de entendimento. Instituto Liberal. 21/12/2022.

Essas ações estabelecidas por Nova Déli geraram um setor público ineficaz e monopolista, e um setor privado excessivamente regulamentado, afastando investidores internacionais do país, perdendo competitividade; tendo em vista estar apartada da competitividade internacional.<sup>124</sup>

Nos anos 1980 os indianos começaram a implantar políticas que deram maior liberdade para o setor privado, no entanto, estas políticas ainda possuía um conteúdo com características nada ortodoxas, o que levou a uma crise econômica no final daquela mesma década.<sup>125</sup>

Essa crise possibilitou que fossem adotadas em 1991 ações que permitiram um grande e sustentável crescimento a partir do início da década de 2000. Um dos principais implementadores de tais políticas foi o então Ministro da Fazenda Manmohan Singh, que posteriormente se tornou Primeiro-Ministro indiano. Das descreve as ações de Singh deste modo: “Ele reduziu as tarifas e outras barreiras comerciais, acabou com o licenciamento industrial, reduziu alíquotas, desvalorizou a rúpia, abriu a Índia para investimentos estrangeiros e reverteu controles monetários”.<sup>126</sup> Tais medidas foram adotadas de forma gradual, assinalando o rompimento com as medidas de uma economia centralizada e com características socialistas, adotadas logo após a independência do país. Com isso, a economia mostrou uma resposta bastante rápida com crescimento substancial, queda da inflação e aumento exponencial das reservas monetárias.

Das faz uma comparação entre o crescimento da economia indiana antes de 1980 e a sua evolução após as reformas econômicas adotadas por Singh:

Para se ter uma ideia da magnitude da mudança após 1980, lembremo-nos de que a Revolução Industrial do Ocidente ocorreu com um contexto de um crescimento do PIB de 3% e em um crescimento da renda per capita de 1,1%. Se a economia da Índia ainda estivesse crescendo no ritmo anterior a 1980, sua renda per capita só atingiria os níveis atuais dos EUA em meados de 2250; mas, se continuar a crescer no ritmo posterior a 1980, atingirá esse nível em torno de 2066 – um ganho de 184 anos.<sup>127</sup>

---

<sup>124</sup> Ibidem pp. 54-55.

<sup>125</sup> Ibidem p. 55

<sup>126</sup> Ibidem p. 56

<sup>127</sup> Ibidem loc. cit.

Para uma melhor análise dos efeitos das medidas adotadas a partir de 1991 no crescimento do PIB indiano há o gráfico abaixo do Banco mundial, expondo a evolução do PIB entre 1960 e 2021:

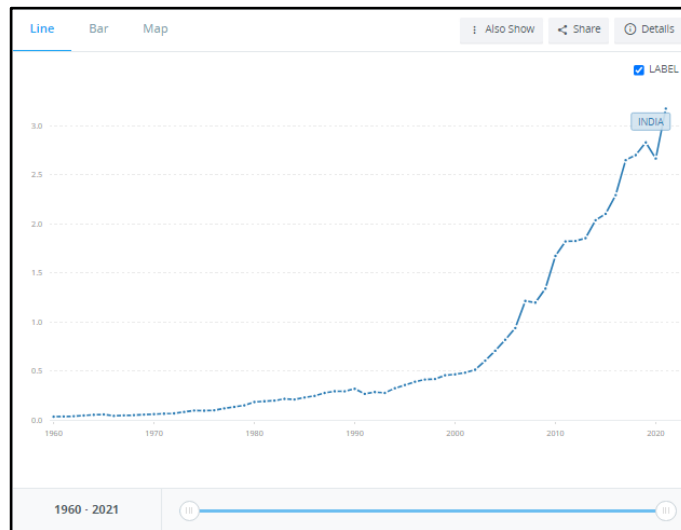


GRÁFICO 1 – Evolução do PIB da Índia  
Fonte: worldbank.org

O gráfico mostra com clareza o destacado crescimento a partir do ano de 1993, quando começam a ser colhidos os frutos das reformas econômicas de Singh; mas, além disso, revela o crescimento exponencial a partir de 2002, mostrando um crescimento vertiginoso que possibilitou colocar hoje a Índia entre as maiores economias do mundo, inclusive a frente de outras países em desenvolvimento, como o Brasil.

Com o crescimento da economia houve uma revolução nas telecomunicações, baixa nas taxas de juros e uma evolução da infraestrutura, com reforma de estradas e portos. Em 2006, Das já apontava que algumas empresas já possuíam mais 1 milhão de dólares em capitalização e cita alguns exemplos como *Bharat Forge*, *Jet Airways*, *Infosys Technologies*, *Reliance Infocomm*, *Tata Motors* e *Wipro Technologies*. Destaca ainda que das 500 empresas com maiores receitas da revista Fortune, 125 delas possuíam bases de pesquisa e desenvolvimento na Índia, devido ao seu capital humano. Com isso, a fabricação de produtos de alta tecnologia cresceu de forma exponencial no país.<sup>128</sup>

<sup>128</sup> Ibidem p. 57.

Depois dessa guinada da Índia para longe do socialismo, chama a atenção da diferença entre a economia indiana e a chinesa. A primeira agora está baseada no crescimento baseado no empreendedor, enquanto a segunda está baseada na exportação por empresas estatais ou empresas estrangeiras que usam a China como base de suas plantas produtivas. Das ressalta que na China apenas 10% dos empréstimos vão para o setor privado, já na Índia esse índice chega a 80%.<sup>129</sup>

No entanto, a China tem esse seu território um vasto campo industrial de baixa tecnologia que gera uma massa de empregos para grande parte da população, gerando a observação dos indianos, que ainda tem a grande maioria das pessoas aprisionados na pobreza rural. Isso ocorre pois a Índia não teve uma revolução industrial que possibilitasse a criação de empregos em massa, desse modo, a economia cresce baseada nos serviços e nas indústrias de alta tecnologia, que empregam somente os trabalhadores com melhores níveis de educação. Normalmente os países evoluem da agricultura para a indústria e depois para o serviço, pulando diretamente para a última etapa, a Índia abandonou uma grande quantidade de pessoas sem acesso ao emprego.<sup>130</sup>

Essa falta de emprego é fruto de políticas econômicas ruins arquitetadas por Nehru que fez o planejamento da economia indiana de forma planejada e dirigida pelo Estado, tendo em vista não confiar no setor privado. Assim, ele trocou os empreendedores como indutores da economia pelo governo e, como era de se esperar, a Índia colheu resultados não satisfatórios. Das descreve as Indústrias de Pequena Escala (IPE), uma das políticas adotadas pelo governo indiano após a independência, deste modo:

(...) Talvez a política mais egrégia tenha sido reservar cerca de 800 indústrias, designadas por “indústrias de pequena escala” (IPE), para empresas muito pequenas que não eram capazes de competir com as grandes firmas de nações competitivas. As grandes firmas foram impedidas de confeccionar produtos como lápis, graxa para calçados, velas, sapatos, vestimentas e brinquedos – todos os produtos que ajudaram a Ásia Oriental a criar milhões de empregos.<sup>131</sup>

Para dar apoio à consecução de seus planos em âmbito regional e mundial, é de grande importância o país possuir poder político e militar. O crescimento de sua

---

<sup>129</sup> Ibidem loc. cit.

<sup>130</sup> Ibidem p. 58.

<sup>131</sup> Ibidem p. 59.

economia possibilitou o país se tornar um competidor dos Chineses na região bem como espalhar sua influência para outras regiões como Oriente Médio, Rússia e África. No campo militar, as políticas indianas destinaram um percentual considerável de seu PIB para equipar e armar suas Forças Armadas, tendo em vista as necessidades de projeção de força e proteção do território e de seus interesses.

ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB
1956	2,00%	1968	3,20%	1980	3,10%	1992	2,70%	2004	2,80%	2016	2,50%
1957	2,50%	1969	3,10%	1981	3,20%	1993	2,80%	2005	2,90%	2017	2,50%
1958	1,90%	1970	3,20%	1982	3,30%	1994	2,70%	2006	2,70%	2018	2,50%
1959	2,10%	1971	3,70%	1983	3,30%	1995	2,60%	2007	2,50%	2019	2,50%
1960	2,00%	1972	3,70%	1984	3,40%	1996	2,50%	2008	2,60%	2020	2,80%
1961	2,10%	1973	3,20%	1985	3,60%	1997	2,60%	2009	3,10%	2021	2,50%
1962	2,70%	1974	3,20%	1986	4,10%	1998	2,70%	2010	2,90%	2022	2,40%
1963	4,00%	1975	3,50%	1987	4,20%	1999	3,00%	2011	2,70%	2023	
1964	3,80%	1976	3,50%	1988	3,70%	2000	2,90%	2012	2,60%	2024	
1965	3,90%	1977	3,20%	1989	3,50%	2001	2,90%	2013	2,50%	2025	
1966	3,60%	1978	3,10%	1990	3,10%	2002	2,80%	2014	2,50%	2026	
1967	3,20%	1979	3,30%	1991	2,90%	2003	2,70%	2015	2,50%	2027	

TABELA 1 – Percentual do PIB indiano investido em defesa

Fonte: Sipri.org

Da análise da tabela, chama a atenção que Nova Déli, em todos esses anos, não deixou de investir um percentual igual ou maior que 2% de seu PIB (exceto no ano de 1958), mesmo com a mudança de governos, garantindo um fluxo contínuo e estável de recursos destinados às suas forças armadas.

O Gráfico 2 mostra o comportamento do investimento indiano em defesa, em bilhões de dólares, entre os anos de 1960 e 2021.

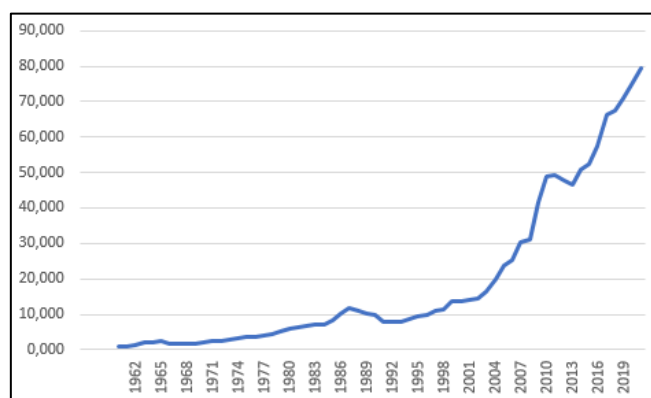


GRÁFICO 2 – Investimento da Índia em defesa

Fonte: autor – sipri.org

Dentre esses anos analisados, é verificado que a porcentagem de investimento em relação ao PIB, de certa forma se manteve constante, principalmente, a partir da década de 90, se estabilizando em cerca de 2,50% do PIB, com porcentagens maiores

presentes principalmente antes desse período. Deste modo, conclui-se que os maiores investimento em defesa foram sustentados pelo crescimento constante do PIB, comparando os gráficos 1 e 2, verifica-se a semelhança da curva de crescimento. Chama a atenção que a estabilidade da porcentagem do Produto Interno bruto investida em defesa indica que o investimento nesta área já caracteriza uma política de Estado e não de governos, fazendo parte da sustentação da Grande estratégia indiana, conforme explicado anteriormente.

Cabe destacar que, mesmo tendo muitos problemas na área social, a Índia não demonstrou ter entraves em destinar grandes somas de recursos para equipar e prepara a suas forças armadas, lidando bem com o problema dicotômico “canhão x manteiga”. Para Macedo, canhão ou manteiga é o axioma básico da economia, onde o governante deve chegar a uma combinação entre os dois pontos que possibilite chegar o mais próximo dos objetivos sociais. Quanto a esta dosagem ele diz o seguinte:

Ora, é possível encontrar as quantidades máximas de “canhões” e “manteigas” que uma economia com certa tecnologia produz. Através de um juízo normativo, individualista ou social, escolhe-se então entre esses pontos máximos aquele que está perto do “ótimo” social.<sup>132</sup>

Provavelmente essa tranquilidade já venha do sentimento de civilização milenar, que se configura como exemplo para as demais nações, bem como o sentimento da elite e da população indiana que o país merece uma posição de destaque no cenário internacional. Assim, tornou-se mais fácil os governantes indianos encontrarem este equilíbrio.

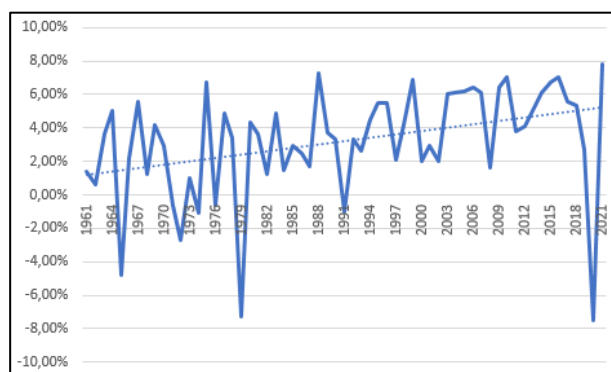


Gráfico 3 – Crescimento do PIB da Índia entre 1961 e 2021  
Fonte: worldbank.org

<sup>132</sup> MACEDO, Jorge Braga de. Economia Política de Defesa. Revista Nação e Defesa. Ano I, nº 1 (Julho 1976). Editora Instituto da Defesa Nacional. P 77-83.



Da análise do Gráfico 3 e de sua linha de tendência, constata-se que no período houve, percentualmente, um crescimento do PIB per capita da população indiana, tal fato contribui para maior tranquilidade do governo para investir em defesa tendo em vista que a população está sentindo uma melhora em suas condições de vida, mesmo que esteja em uma situação de carência social.

Varshney, em 2007, disse que: “Hoje, não há dúvidas de que a população rica cresceu e de que uma classe média substancial emergiu, montando a número entre 200 e 250 milhões de pessoas dependendo do critério utilizado.”<sup>133</sup> Claramente uma grande parte da população obteve uma ascensão social, porém, o mesmo autor afirma que:

A pobreza claramente diminuiu desde o início das reformas, quando aproximadamente um terço do país estava abaixo da linha da pobreza, mas cerca de um quarto da população ainda vive com menos de US\$ 1 por dia, o que desaponta os reformistas que esperavam um declínio mais veloz. O crescimento da nação como um todo não foi intensivo o suficiente.<sup>134</sup>

Observa-se que, mesmo existindo pessoas vivendo em condições de pobreza extrema, a economia da Índia vem possibilitando que uma grande parte da população sinta melhoras em seu nível de qualidade de vida, dando condições para que os governantes invistam grandes somas em defesa sem pressão para dar prioridade somente à área social.

No entanto, a economia indiana tem uma fraqueza, pois tem grande dependência da importação de recursos essenciais, principalmente energia, como petróleo, carvão de alta qualidade, fertilizantes, alta tecnologia e metais não ferrosos; bem como 20% do seu PIB correspondia às suas exportações.<sup>135</sup> Assim, os indianos dependem de uma navegação livre e segura, principalmente na região do Oceano Índico, para garantir seu comércio, trazendo grande importância para a capacidade de sua Marinha manter essas LCM (Linhas de Comunicação Marítimas) protegidas e desbloqueadas.

Por fim, da observação dos fatores econômicos expostos, passou a impressão de que, após o abandono de práticas econômicas socialistas, a Índia conseguiu um

---

<sup>133</sup> VARSHNEY, 2013, p. 80

<sup>134</sup> Ibidem p. 80.

<sup>135</sup> MENON, 2013, p. 104.

crescimento econômico consistente, principalmente a partir da década de 2010. Tal fato possibilitou o incremento do investimento em defesa, que cresceu junto com o PIB.

Além disso, a economia proporcionou uma base à grande estratégia indiana, que visa se destacar como potência regional e mundial, buscando fazer prevalecer seus interesses políticos e econômicos. Verifica-se também um incremento nas condições do PIB per capita, que contribui para a melhora dos índices de desenvolvimento humano da população, o que dá tranquilidade para Nova Déli continuar investindo em suas forças armadas e, conseqüentemente, em sua Base Industrial de Defesa.

## **2.6 Considerações parciais**

O campo psicossocial dá a base para os demais fatores, pois está presente o sentimento compartilhado por todos que a Índia é uma civilização possuidora de uma cultura milenar, que deve ocupar uma posição de destaque em âmbito mundial. Todo esse sentimento nacionalista foi potencializado pelo grande crescimento do PIB indiano a partir do início da década de 2000.

A partir deste mito agregador do nacionalismo hindu, há a busca por essa posição de destaque e o trabalho para a retirada do caminho dos agentes e problemas que possam impedir a consecução destes objetivos nacionais. Os atores seriam a ação das potências mundiais e outros países do entrono estratégico, que, com suas ações, possam atrapalhar a Índia a chegar à sua posição almejada no cenário internacional. Os problemas são aqueles que podem prejudicar o processo de evolução do país como os conflitos fronteiriços, a ação terrorista em seu território, a dependência energética e a existência de bolsões de miséria dentro de sua população.

Para conseguir influência sobre estes agentes e problemas, o país optou por obter poder militar autônomo, capaz de dissuadir eventuais oponentes e garantir a defesa de seu território e interesses. Com o objetivo de ter Forças Armadas capazes de realizar tal tarefa, o caminho lógico seria obter capacidade de prover seus militares com equipamento de alta tecnologia e autóctone. Assim, naturalmente, nestas últimas sete décadas a Índia buscou incessantemente por políticas para reforçar a sua Base Industrial de defesa.

### 3. FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID NO BRASIL

#### 3.1 Fatores Fisiográficos

O Brasil é o maior país da América do Sul, com cerca de 8,5 milhões Km<sup>2</sup> de extensão territorial. A oeste, suas fronteiras terrestres têm uma extensão de 16,9 mil quilômetros, que é limítrofe com outros dez países da região, exceção do Chile e Equador.<sup>136</sup> Embora, no início da segunda metade do século XIX, o Brasil tenha utilizado a força para cuidar de seus interesses, principalmente na Região Platina, atuando como um ator não pacifista<sup>137</sup>, as negociações dos limites com os 10 países fronteiriços “foram feitas pelas alternativas de solução, ou seja, pelas resoluções de limites por meio políticos e jurídicos, optando, dessa maneira, pela negociação diplomática”<sup>138</sup>. Deste modo, ao optar por este tipo de atuação, o Brasil diminuiu em muito a tensão e prováveis conflitos entre ele e os países da região.

Flames expõe a relação do Brasil com seus vizinhos e a diferença referente a outras potências integrantes do BRICS:

Em comparação, o Brasil é econômica, política e culturalmente muito mais integrado à sua região. O país também fornece bens coletivos de relativa estabilidade e segurança, bem como infraestrutura regional, considerando que a China, Rússia e Índia são vistos como potenciais ameaças por parte de alguns dos seus vizinhos regionais.<sup>139</sup>

O território brasileiro se debruça sobre o Atlântico Sul, constituindo-se uma das maiores extensões litorâneas do planeta com 7.367 quilômetros.<sup>140</sup> Vaz destaca o fato de que o comércio exterior brasileiro é realizado fundamentalmente por via marítima e de que 90% da produção de gás e petróleo do país ser realizada na plataforma continental.<sup>141</sup>

O autor chama a atenção para o crescimento da atividade envolvendo “segurança e defesa por parte dos países limítrofes das costas sul-americana e africana, bem como atores como os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)”. Nesse contexto ressalta a reativação, pelos EUA, da IV Frota, que atua na

<sup>136</sup> Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br>. Acessado em: 24/06/2023.

<sup>137</sup> SILVA; GOLÇALVES apud GREZZANA, Thaís Bettu. O processo de Definição das Fronteiras: o Brasil com ator pacífico? Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018, p. 10.

<sup>138</sup> CERVO; BUENO apud GREZZAN, 2018, p. 9.

<sup>139</sup> FLAMES, 2010, p. 142.

<sup>140</sup> JUNIOR, Laercio Fuquim. Fronteiras Terrestres e Marítimas do Brasil: Um Contorno Dinâmico. Universidade de São Paulo, 2007, p. 153.

<sup>141</sup> VAZ, Alcides Costa. O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA, nº6. Abr/Jun 2011, p. 63-68. p. 64.

região. Cita também os conflitos territoriais entre Reino Unido e Argentina em torno das Ilhas Malvinas (Falklands), Georgia e Sanduíche do Sul. Soma-se a isso os exercícios militares realizados pela Rússia junto com a Venezuela.<sup>142</sup>

Mas a presença de potências estrangeiras não se limita apenas ao Atlântico Sul, mas a todo o entorno estratégico brasileiro, com a China tendo sua presença em países africanos subsaarianos, no sul da América do Sul e na costa sul-americana do Pacífico. Estados Unidos e França também tem seus pés fincados em territórios da América Austral. A figura 3, apresentada em 4 de maio de 2023 pelo Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Marcos Sampaio Olsen, na audiência pública da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal, mostra a presença de potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro.



Figura 3 – Presença de nações extrarregionais no entorno estratégico brasileiro.

Fonte: [www.defesanet.com.br/cct/noticia/1050944/cre-apresentacao-do-comando-do-marinha/](http://www.defesanet.com.br/cct/noticia/1050944/cre-apresentacao-do-comando-do-marinha/)

Mesmo que se mantenha um grande interesse de outras potência na região do Atlântico Sul, Goés e Silva destacam a visão dos EUA sobre a América do Sul:

De um lado, no plano de segurança nacional, por exemplo, a importância estratégica da América do Sul chega mesmo a ganhar laivos de nulidade. Esta quase insignificância estratégica é fruto de um conjunto de fatores, a saber: é uma das regiões mais desmilitarizadas do planeta; é uma área internacional livre de extremismos religiosos e, em função disso, com baixo potencial para ataques terroristas; é uma área com baixíssimos níveis de gastos em defesa e com grau mínimo de conflituosidade intrarregional; é um conjunto geopolítico caracterizado pela ausência de potências nucleares (...) e o que é mais importante, não desponta

<sup>142</sup> Ibidem p. 63-64.

no contexto sul-americano nenhum país que possa ser classificado (...) dentro da categoria das ameaças de proliferação das armas de destruição em massa.<sup>143</sup>

Embora a visão acima seja dos norte-americanos, cabe dizer que ela é compartilhada pelas outras potências e, por que não, pelos próprios países da região. Resta para os estados sul-americanos lidar com as ameaças transnacionais, como crime organizado internacional, fluxo migratório, terrorismo e danos ambientais.<sup>144</sup>

Nossa Política Nacional de Defesa, quanto nossas fronteiras, preconiza que:

Nossas fronteiras merecem atenção (...) por elas são perpetradas atividade ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação entre os países limítrofes.<sup>145</sup>

A PND também chama a atenção para a grande extensão da Amazônia brasileira e para o Atlântico Sul – denominado Amazônia Azul – e as grandes quantidades de riquezas presentes nessas áreas, bem como a necessidade de sua defesa.<sup>146</sup> Cabe destaque que, nessas áreas, há a maior probabilidade de ocorrer crimes ambientais.

O Ministério da Defesa, em sua revista Cenário 2020-2039, também aborda a questão de crimes e a necessidade do emprego das forças armadas e na cooperação entre os países da região:

O poder das organizações criminosas, em muitos casos, **suplantará** a capacidade dos órgãos de segurança pública sul-americanos e africanos, exigindo a intervenção das forças armadas. (...)Assim sendo, o poder e o “modus operandi” das organizações criminosas transnacionais **exigirão** abordagem multilateral integrada para que estas possam ser eficazmente combatidas e derrotadas.<sup>147</sup>

O Brasil não possui questões fronteiriças com seus vizinhos e hoje as tensões referentes a este assunto na região são praticamente inexistentes, inclusive facilitando a cooperação entre os países da área.

Os principais problemas na fronteira do Brasil são os crimes transfronteiriços, que levam o governo a procurar saná-los na esfera da segurança e não da defesa,

<sup>143</sup> GÓES, Guilherme Sandoval; SILVA, Bruno Bahiense de Albuquerque e. Estados Unidos, China & Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul: Uma Análise sob a Ótica da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 32, nº 64, p. 49-88, Jan/Abr 2017, p. 70.

<sup>144</sup> Ibidem p. 70-71.

<sup>145</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: MD, 2012, p. 14.

<sup>146</sup> Ibidem p. 14.

<sup>147</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Revista Cenários de Defesa 2020-2039. MD. Assessoria Especial de Planejamento. Brasília, 2017, p.27.

colocando as forças armadas, na maioria das vezes, como cooperativas nas ações dos órgãos de segurança pública.

Pelo tamanho da costa do Brasil, o Atlântico Sul é de grande importância para os brasileiros, pois por ele passa a maior parte do comércio do país, bem como são extraídos quase a totalidade do óleo e gás para o abastecimento do país. Deste modo, o Atlântico faz, naturalmente, parte do entorno estratégico e a presença de potências extrarregionais se configura uma ameaça aos interesses brasileiros na região.

Porém, a boa relação entre o Brasil, os vizinhos e demais potências com presença no seu entorno estratégico dá a sensação de segurança e não desperta na população e nos membros de nossa elite o senso da necessidade de investirmos em segurança, não sendo favorável ao desenvolvimento da BID brasileira.

### **3.2 Fatores Psicossociais**

O país é caracterizado por ter apenas uma língua oficial, o português, que é falada por praticamente toda a população, bem como ter o cristianismo como religião predominante no país, facilitando a integração de tão vasto território, bem como evitando tensões e conflitos internos. Além disso, pode ser destacada entre os portugueses a ausência completa de orgulho de raça<sup>148</sup>, possibilitando que o Brasil se constituísse em país mestiço e livre de problemas xenófobos.

No entanto, a mesma colonização que trouxe essas benéficas características para o país, em comparação com outras nações, o Brasil ainda é um país jovem e não possui tradições milenares com as quais pudessem ser plantadas um sentimento de pertencimento a uma civilização. Manuel da Nóbrega cita que os primeiros habitantes europeus em território brasileiro não queriam bem à terra, pois tinham suas afeições ainda ligadas à Portugal, salvo algumas exceções.<sup>149</sup> Aliado a isso, os habitantes nativos eram constituídos por tribos completamente independentes uma das outras e por muitas vezes inimigas entres si.<sup>150</sup> Tais fatos deixam claro que o sentimento de nação foi surgindo de maneira gradativa durante o passar do tempo, mas outros fatores deixaram sua marca no desenvolvimento de nossa sociedade.

---

<sup>148</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27ª Edição. Companhia da Letras. São Paulo-SP, 2014, p. 61.

<sup>149</sup> NÓBREGA apud HOLANDA, 2014, p. 128.

<sup>150</sup> <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/relacoes-entre-nativos-e-colonizadores.html>. Consultado em; 06/08/2023.

Outro ponto interessante é a dificuldade de nossa elite intelectual e política em pensar a longo prazo com objetivos a serem atingidos e estratégias para alcançá-los. Herdamos de nossos irmãos lusitanos essa tibieza em planejar. Embora tenham conquistado novos horizontes e terem se tornado uma nação de sucesso nos séculos XV e XVI, Portugal executou suas atividades colonizadoras de forma não muito planejada e sem objetivos claros de como perpetuar sua posição em relação às outras nações. Holanda descreve deste modo as atividades na colônia por parte dos portugueses:

Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até ao fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária.<sup>151</sup>

Outro traço ainda presente em nossos políticos e intelectuais é a busca por prudência e entendimento para atingirmos nossos objetivos políticos-estratégicos. Segundo Holanda, “a expansão portuguesa no mundo representou sobretudo obra de prudência, de juízo discreto, de entendimento que experiências fazem repousado”.<sup>152</sup> Ele destaca que mesmo os portugueses tendo páginas de coragem e bravura, como a conquista de Ceuta<sup>153</sup>, raramente essas ações eram descomedidas. Esse comportamento é claramente identificado quando constatamos a preferência pelo país buscar entendimento diplomáticos em seus conflitos, raramente utilizando a força como pano de fundo para atingir seus interesses.

Em sua obra, *Raízes do Brasil*, Holanda deixa bem claro a aversão dos brasileiros por recorrer a violência e necessidade de ser visto por outras nações como um povo bom e pacífico:

Ostensivamente ou não, a ideia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de que um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. (...) Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. (...) Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos

---

<sup>151</sup> HOLANDA, 2014, p. 131.

<sup>152</sup> *Ibidem* p. 132.

<sup>153</sup> Conquistada em 1415 e é um marco das navegações portuguesas.

notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e mais comportado do mundo.<sup>154</sup>

Reforçando esse pensamento de Holanda, Oliveira Lima, afirma que as guerras com outros países foram encaradas pelos brasileiros como inoportunas e até criminosas. Segundo ele, inclusive a Guerra do Paraguai não deixou de ser encarada deste modo, com muitos dos voluntários que lutaram nesse conflito, não indo de vontade própria.<sup>155</sup>

Nossa constituição, em seu Art. 4<sup>a</sup>, que trata das suas relações internacionais, cita que um dos princípios da nação nesta área é a “solução pacífica dos conflitos” em e na letra “c” do inciso XXIII do Art. 21 prescreve que “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”.<sup>156</sup> Deste modo, nossa carta magna corrobora o que descreveram Holanda e Oliveira Lima sobre como os brasileiros encaram a utilização da força para a resolução de conflitos.

Quanto ao trato com a coisa pública, outra característica deixada pelos portugueses foi o paternalismo com que os políticos tratam a população. Silva Lisboa, economista baiano, diz que quanto mais o governo se aproxima desse caráter paternal e forceja a realizar essa ficção generosa e filantrópica, tanto ele é mais justo e poderoso, a obediência se torna voluntária e cordial e a satisfação do povo aumenta.<sup>157</sup> Na história do Brasil, isso foi fato sempre presente, com os políticos buscando realizar uma política assistencialista para colocar os eleitores na posição de gratidão e subserviência.

Ainda nessa alçada, o sistema administrativo que permeia o Estado brasileiro não é impessoal e preocupado apenas em atender vontades particulares. Holanda relata que “(...) é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vantagens particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis à ordenação impessoal”.<sup>158</sup>

Corroborando essa linha de pensamento da maioria dos políticos e formadores de opinião no Brasil, em 2008, Roberto Mangabeira Unger, secretário de Assuntos

---

<sup>154</sup> HOLANDA, 2014, p. 211.

<sup>155</sup> LIMA apud HOLANDA, 2014, loc. cit.

<sup>156</sup> BRASIL, 1988.

<sup>157</sup> LISBOA apud HOLANDA, 2014, p. 100.

<sup>158</sup> HOLANDA, 2014, p. 175-176.



estratégicos da Presidência da República, falando sobre a Estratégia Nacional de Defesa e as propostas nela contidas para a revitalização da BID previu que haveria críticas ao governo por parte de formadores de opinião ao modelo adotado para a defesa por empregar dinheiro público em um projeto armamentista, disse ainda, “natural dada a nossas características pacíficas”.<sup>159</sup>

Outro fator que influenciava a condição de vida da população foram os casos de corrupção, os bolsões de miséria espalhados pelo território e a desigualdade de oportunidades. Drumond, destaca que isso se agravou durante a década de 1980, a chamada década perdida<sup>160</sup>, mas estes problemas econômicos, principalmente a inflação, afligiram a população até o início da década de 1990. Além disso, outras áreas como saneamento básico e habitação, necessitavam de grandes investimentos, bem como, em 1995, havia uma grande taxa de desemprego e muitos brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza.<sup>161</sup> Mesmo sendo uma das maiores economias mundiais, o Brasil ainda não conseguiu resolver muito de suas mazelas sociais, o que impacta em toda as políticas públicas do governo.

Uma estrutura de defesa depende de que a população esteja convencida de sua necessidade. Por muitos anos, o assunto de defesa ficou restrito aos militares, deixando a população sem saber de qual era a real situação das suas forças armadas. Aliado a isso, a imprensa possuía o mesmo entendimento, contribuindo que o assunto ficasse restrito ao meio militar e que a população continuasse alheia aos problemas do país nessa área. Atualmente, o interesse da sociedade aumentou, no entanto, o interesse da mídia ainda continua restrito.<sup>162</sup>

Roberto Duailibi, da agência DPZ, disse “que o Exército ainda tinha um longo caminho a percorrer para conquistar a simpatia das redações.” Segundo ele, dois jornais cariocas, durante uma operação do Exército no Rio de Janeiro para recupera fuzis roubados, deram o enfoque de depreciar a instituição militar.<sup>163</sup> Depois de alguns anos, esse fato parece ainda que não mudou um grande número de formadores de opinião, que ainda continuam com um posicionamento contrário às Forças Armadas e a tudo que a ela se relaciona, inclusive assuntos ligados a defesa.

---

<sup>159</sup> UNGER apud DRUMOND, 2014, p. 185.

<sup>160</sup> DRUMOND, 2014, p. 148.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>162</sup> Ibidem p. 173.

<sup>163</sup> DUAILIBI apud DRUMOND, 2014, p.174.

Um outro fator vem crescendo década após década no país e prejudicando a sua população, a violência. Segundo Drumond, o Brasil, nos círculos oficiais, é considerado uma nação pacífica, no entanto, possui altos índices de criminalidade e remete a um conceito de que não cuida devidamente da segurança pública.<sup>164</sup> Isso afeta em muito a população, reforçando a ideia de que as Forças Armadas brasileiras deveriam contribuir com os órgãos de segurança pública para a manutenção da paz social.

De acordo com os fatores estudados neste item, as características psicossociais presentes no Brasil, não favorecem o investimento em defesa tendo em vista os problemas sociais da população, a busca por soluções políticas e negociadas – herdadas por nossa classe política e intelectual – bem como o paternalismo, ainda bastante presente em nossas políticas públicas, o que impede os governantes de adotar políticas que possam desagradar a população. Deste modo, sempre haverá a preferência em aportar dinheiro em projetos sociais e não em investimento em defesa e, conseqüentemente, na BID.

Quanto a essa idolatria da paz por parte dos governos brasileiros, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, destacados diplomata e estadistas brasileiro, declara o seguinte: “o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”.<sup>165</sup> Deste modo, Rio Branco coloca as questões de defesa sobre todos os demais assuntos da Nação. Que os nossos governantes e nossa população se espelhem nesse exemplo.

### **3.3 Fatores Políticos**

As décadas de 30, 40 e 50 são marcadas pelo processo de transição de uma economia agrária para uma de base industrial, onde os governos adotaram uma série de políticas para atingir esse objetivo.<sup>166</sup>

Quanto a nossa indústria de defesa, a política nessa época ainda era de importar o material necessário para equipar as nossas Forças Armadas. No final da

---

<sup>164</sup> DRUMOND, 2014, p. 233.

<sup>165</sup> RIO BRANCO apud HEINSFELD, Adelar. A influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. Revista de Geopolítica, V. 4, nº 1, p. 115 – 134, jan./jun. 2013. p. 130

<sup>166</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto 2004. E-book. p. 15.

década de 1930, por exemplo, a Comissão Militar Brasileira na Europa, criada após a Primeira Guerra Mundial, encomendou uma grande quantidade de armamentos e material de emprego militar, pagando toda a encomenda com produtos agrícolas.<sup>167</sup>

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra passa a monitorar o transporte do armamento entre a Alemanha e o Brasil, inclusive interceptando navios mercantes brasileiros, que foram liberados somente com intervenção dos norte-americanos junto aos ingleses.

Em 1941, com a entrada dos EUA no conflito, o Brasil passa a sofrer pressão dos norte-americanos e são obrigados de abandonar as relações com a Alemanha e adotar uma política de alinhamento com Washington, que possibilitou os brasileiros usufruírem dos benefícios do *Lend-lease* para obtenção de armamentos e materiais destinados à defesa. Essa política de alinhamento automático, durou até o final da década de 1970, durante o governo do presidente Ernesto Geisel.<sup>168</sup> Geisel adotou o “Pragmatismo Responsável” na política internacional, que buscava maior independência, gerando conflitos com o governo norte-americano e terminando com a política de alinhamento automático com Washington.<sup>169</sup>

Durante os governos de Eurico Gaspar Dutra houve a entrada do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), onde era permitido aos EUA o envio de tropas ao continente para garantir a paz e a segurança. Essa decisão não representou nenhum ganho para a indústria de defesa nacional. O governo de Dutra termina, sem que houvesse feito nada de relevante no campo da defesa.<sup>170</sup>

O segundo governo de Getúlio Vargas também é marcado pela falta de ações que buscassem incentivar a criação de uma BID em território nacional. Como exemplo, cabe destacar a criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – que atuaria para fomentar a industrialização no país, mas que deixou e fora desse planejamento as indústrias de defesa privadas.<sup>171</sup>

No governo de Juscelino Kubistchek (JK) houve uma sinalização de reconhecimento da importância que deveria ser dada a indústria de defesa brasileira,

---

<sup>167</sup> DRUMOND, 2014, p. 64 – 68.

<sup>168</sup> FONSECA JR, Pedro. O Sistema Industrial de Defesa Brasileiro e a Resiliência de suas Empresas Estratégicas. IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2022, p. 70 – 71.

<sup>169</sup> GOBO, Karla Lisandra. Década de 1970: política externa e papel do Itamaraty. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 67.

<sup>170</sup> DRUMOND, 2014, p. 70.

<sup>171</sup> *Ibidem* p. 71.

quando ele criou, visando fomentar o setor, institutos de Pesquisa na Marinha e no Exército e apoiou as pesquisas em laboratórios da Força Aérea.<sup>172</sup> O GEIMA – Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico, foi criado em 1961, no fim do governo JK, buscando incentivar o setor privado a entrar na fabricação de aeronaves.

Jânio Quadro e Jango, durante os anos de seus governos, permaneceram submersos em uma crise política, que impossibilitou que o país seguisse alguma estratégia clara, contribuindo para a falta de ações no campo da defesa nacional. O Brasil estava sofrendo os reflexos da Guerra Fria e, com ela, uma grande exasperação entre os contendores políticos.<sup>173</sup>

Em 1964, tem início o ciclo dos governos militares, que se encerraria em 1985, com a eleição de um presidente civil. Durante esse ciclo o governo fomentou a produção de equipamentos militares – com maior nível tecnológico que munições e caminhões – de forma autóctone no país. Segundo Drumont “por tal iniciativa, o governo recebeu críticas até da própria caserna, sob o argumento de que o Brasil não precisava desenvolver materiais de defesa.” A ala contrária era favorável ao acordo Brasil-EUA de 1952.<sup>174</sup> Segundo essa ala “a Tchecoslováquia (...) mesmo tendo construído um bom parque industrial de defesa no passado, não tivera forças (...) para impedir a invasão do país pela Alemanha na Segunda Guerra Mundial”.

Isso parece demonstrar a forma errônea com que parte de nossa elite encarava a necessidade de sermos autossuficientes na produção de produtos militares, acreditando que isso não contribuiria para a defesa do território nacional.<sup>175</sup>

Com o temor da hegemonia das Forças Armadas, seus oponentes políticos também reforçavam o discurso que não havia a necessidade de fomentar a indústria de defesa nacional já que nossos militares estavam relativamente bem equipados com materiais de origem estrangeira.<sup>176</sup> Esse discurso adotado por políticos opositores do governo militar pode ser considerado mais um fator para reforçar a aversão de nossa elite em tratar de assuntos referentes à defesa nacional.

Fruto dessa nova maneira do governo enxergar o setor produtivo de defesa, no final do governo Costa e Silva foi criada a primeira estatal com o objetivo de montar

---

<sup>172</sup> Ibidem p. 72.

<sup>173</sup> Ibidem p. 73 – 74.

<sup>174</sup> Ibidem p. 78.

<sup>175</sup> Ibidem p. 79.

<sup>176</sup> Ibidem p. 79.

aeronaves, a EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica. A criação da empresa reforça a visão do governo de que era importante a participação de estatais no desenvolvimento do país.<sup>177</sup>

Na década de 1970 foram lançados os Planos Nacionais de desenvolvimento econômico (PND), que trouxera reflexos positivos para a se empresas do setor de defesa. Segundo Amarante, “como consequência de políticas de fomento em P&D e fomento industrial planejadas e executadas nas décadas de 70 e 80.”<sup>178</sup> O I PND, no governo Médici, previa colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração; o II PND, no governo Geisel, buscava a consolidação de uma sociedade moderna e de uma economia competitiva.<sup>179</sup>

Este período foi descrito por Ferreira como consonante com os objetivos políticos dos governos militares, que possibilitou uma expansão da indústria de defesa:

A Base Industrial de Defesa (BID) brasileira apresentou uma grande expansão e diversificação ao longo da década de 1970 e início dos anos 80, buscando acompanhar o significativo aumento da demanda por Produtos Estratégicos de Defesa. Esta não foi uma expansão aleatória, mas sim resultado de uma política industrial militar não declarada que tinha como objetivo construir no Brasil uma estrutura produtiva que atendesse aso principais programas militares iniciados no período. Neste sentido, a constituição de um ampla, moderna e diversificada BID nos anos 70 estava inserida dentro da política econômica desenvolvimentista do período, que procurava completar a estrutura produtiva nacional, além de esta ser uma das indústrias estratégicas do projeto “Brasil Grande Potência”.<sup>180</sup>

A participação efetiva do estado com planejamento e execução adequados, buscando o aprimoramento do setor de P&D, bem como o incentivo da fabricação autóctone, gerou um crescimento exponencial da indústria de defesa nacional.

Porém, com o fim do regime militar houve um retrocesso nas políticas voltadas ao setor. Os governos de José Sarney (1985 – 1990) e Fernando Collor (1990 – 1992), executaram uma abertura do mercado brasileiro a empresas estrangeiras e não prestaram o devido apoio às indústrias brasileiras para se adaptarem ao novo cenário que se descortinava. Drumont afirma que a política adotada por Collor “foi uma segunda abertura dos portos”,<sup>181</sup> referindo-se ao ano de 1808, quando D. João VI abriu

---

<sup>177</sup> Ibidem p. 88.

<sup>178</sup> AMARANTE apud FONSECA JR, p. 81.

<sup>179</sup> FONSECA JR, 2022, p. 80.

<sup>180</sup> FERREIRA apud FONSECA JR, 2022, p. 81.

<sup>181</sup> DRUMOND, 2014, p. 96.

os portos brasileiros para o comércio com as nações amigas de Portugal, principalmente a Inglaterra. A política de Collor gerou grandes prejuízos ao setor industrial, principalmente o voltado para produtos de defesa.

Nesse período, ao fim do governo militar, havia no meio político um sentimento contrário a tudo que pudesse estar ligado aos militares. Drumond aborda que esse novo sentimento em relação aos militares respingou na indústria de defesa, pois acabou relegando a um segundo plano as questões de soberania nacional.<sup>182</sup>

A indiferença a tudo o que fosse Forças Armadas ou assemelhados ainda prevalecia, no início dos anos 90, um deputado federal da bancada mineira chegou a sugerir o cancelamento do terceiro lote de caças AMX, cujo desenvolvimento tinha possibilitado significativos avanços industriais e tecnológicos no setor aeronáutico. A ideia do parlamentar só não emplacou por causa de uma multa milionária prevista no contrato italo-brasileiro ao país que rompesse o acordo binacional.<sup>183</sup>

O governo Itamar Franco também não adotou medidas que pudessem incentivar a BID brasileira, se restringido apenas a retomar projetos no setor com a China e a Itália, que haviam sido abandonados pelo governo anterior de Fernando Collor.<sup>184</sup>

Marques ressalta que durante os governos Collor e Itamar não houve uma política nacional voltada para a defesa.

(...) não houve durante o governo Collor de Mello o necessário debate acerca de uma política de defesa nacional que orientasse a adoção de novas concepções estratégicas e de uma preparação militar mais adequada aos cenários políticos nacional e internacional. (...) Talvez a falta de empenho de Collor de Mello (assim como de seu sucessor Itamar Franco) em elaborar uma política de defesa nacional explique-se mais pelo fato de que o Presidente não tivesse a percepção de que a guerra, de acordo com a máxima de Clausewitz, fosse a continuação da política por outros meios (CLAUSEWITZ, 1979, p.87) e que, portanto, a *política externa* e a *política de defesa* devessem ser complementares.<sup>185</sup>

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2003, o Brasil entre no período neoliberal, que defende “privatizações, desregulamentação, comércio e finanças livres, austeridade fiscal e corte de despesas governamentais”.<sup>186</sup>

---

<sup>182</sup> Ibidem p. 149.

<sup>183</sup> Ibidem p. 153.

<sup>184</sup> Ibidem p. 97.

<sup>185</sup> MARQUES apud FONSECA JR, p. 89.

<sup>186</sup> FONSECA JR, 2022, p. 84.

FHC criou, em 1999, o Ministério da Defesa, subordinando o poder militares aos civis. Para Junior, este passo facilitou a ligação do setor de defesa com o governo, já que as empresas passariam a tratar somente com um interlocutor, o Ministro da Defesa, e não com os três comandantes das Forças Singulares. No entanto, o passo que mais significou para a BID foi a criação, ainda em 2006, da primeira Política Nacional de Defesa (PND). Alsina Jr, relata que a PND foi criada na tentativa de livrar o supremo mandatário de pressões vindas dos comandantes das Forças<sup>187</sup>, ou seja, ele deu uma referência do caminho a ser seguido pelos militares.

No entanto, o Ministério da Defesa ainda, mesmo após mais de 20 anos de sua criação ele ainda está se consolidando no cenário político. Brick relata que “existe uma grande independência e autonomia das forças armadas em relação ao poder político, representando pelo ministro da defesa”.<sup>188</sup>

Oliveira expõe que os políticos e a sociedade, nesse período, não possuíam interesse nos assuntos ligados a defesa nacional, chamando a situação de paradoxo da Defesa Nacional.

Denominamos de paradoxo da Defesa Nacional à contraposição entre a importância da Defesa Nacional para o Brasil e sua falta de reconhecimento no campo da política. Faltam aos dirigentes políticos e à opinião pública o conhecimento e a valorização da Defesa Nacional, inclusive sobre fatores propriamente militares. Tal atitude social se traduz em comportamentos e processos legislativos, pois a representação parlamentar busca estar conectada com as demandas provenientes dos diversos meios societários. Em consequência, de um lado, repercutindo posturas de seus partidos, legisladores tendem a subestimar a Defesa Nacional, contribuindo para a pequenez e a falta de atenção legislativa a esse respeito; de outro lado, a tese da direção política civil é profundamente antipática em alguns ambientes militares e pouco sensibiliza ambientes civis.<sup>189</sup>

“A PND foi um decreto presidencial e não uma lei, como seria desejável, pois motivaria um debate no Congresso Nacional”. Esse fato traduz bem o distanciamento do legislativo em relação aos assuntos relacionados à Defesa Nacional.

<sup>187</sup> ALSINA JR, João Paulo Soares. A Síntese imperfeita: articulação entre política externa e Política de Defesa na era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional. 46. p. 53-86. p. 67.

<sup>188</sup> BRICK, Eduardo Siqueira. Poder político e defesa: um histórico de desinteresse, omissão e despreparo. Gazeta do Povo em 11/03/2022.

<sup>189</sup> OLIVERIA, Eliézer Rizzo de. Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC. Barueri, SP. Malone, 2005, p. 80

Brick expões que os documentos de alto nível da defesa não são discutidos no Congresso com o devido cuidado, que são apenas cancelados burocraticamente sem qualquer análise mais profunda ou questionamentos.<sup>190</sup>

Fonseca Jr destaca que na PND não havia nenhuma diretriz para as indústrias de defesa. Deste modo, o setor produtivo de defesa ficou perdido sem saber ao certo qual rumo tomar e quais os recursos o Estado colocaria a disposição do setor. Mesmo com a criação do Ministério da Defesa e de uma Política Nacional de Defesa, claramente o governo FHC não tinha como uma de suas prioridades a Defesa Nacional.<sup>191</sup>

Peter Weiser, pesquisador da Universidade do Maine, disse que Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso jamais compreenderam a importância estratégica do setor de defesa. Weiser descreveu a personalidade de FHC: “pouco interessado pelo assunto, homem de natureza conciliadora e defensor da intervenção por via diplomática, o ex-presidente só tomou conhecimento do pesado jogo da guerra depois dos atentados de 11 de setembro de 2001”.<sup>192</sup>

Durante o fim da década de 1980 e início dos anos 90, a falta de visão de estratégica do setor político ou dos legisladores, foi fator crucial para o enfraquecimento do setor produtivo de defesa na década de 1990, inclusive com muitas empresas deixando de existir. Costa ressalta que “a falência da Engesa, em 1993, nos fez perder de vez boa parte dos conhecimentos ali desenvolvidos”.<sup>193</sup>

Durante os governos de Lula e Dilma, houve uma retomada da política do Estado como indutor do crescimento nacional e isso resultou de várias políticas voltadas para o setor da indústria de defesa.

No final de 2004, foi produzido pelo Ministério da Defesa um relatório chamado Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, que possibilitou formar uma rede com por militares, jornalistas, empresários e acadêmicos com o objetivo de revitalizar a BID nacional.<sup>194</sup>

Alguns estudiosos reforçaram a importância da participação do Estado e a vontade política para a recriação da BID brasileira. Amarantes lembrou da necessidade

---

<sup>190</sup> BRICK, 2022.

<sup>191</sup> FONSECA JR, 2022, p. 91.

<sup>192</sup> WEISER apud GODOY, Roberto. País quer ampliar a exportação de produtos bélicos. O Estado de São Paulo, 7 de março de 2004.

<sup>193</sup> COSTA apud FONSECA JR, 2022, p. 93.

<sup>194</sup> DAGNINO apud FONSECA JR, 2022, p. 105.



de dar mais força a empresas estatais como IMBEL e EMGEPRON e focar em uma política de exportação de produtos de defesa.<sup>195</sup> Ozires Silva apontou a necessidade de uma política governamental para adquirir produtos de fabricação doméstica e que o investimento estatal era necessário para conseguir competitividade no mercado internacional.<sup>196</sup>

O governo, norteados por esses pensamentos, implementou, a partir de 2005, políticas públicas visando formular um planejamento estratégico de mais longo prazo para o setor de defesa: a Política Nacional de Defesa - PND (2005); Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID (2005); a Estratégia Nacional de Defesa – END (2008) e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação - PACTI 1. Fonseca Jr cita que as políticas não tiveram resultado imediato, mas serviram para despertar para as medidas necessárias para o crescimento do setor. No entanto, esse ramo produtivo ainda reclamava da falta de previsibilidade no orçamento e prazos para o cumprimento das metas estabelecidas.<sup>197</sup>

O empresariado realmente tinha razão, pois a PND (2005) também abordava de forma superficial o assunto, como a Política do governo anterior. Mas apresentava alguma evolução, pois objetivava dar suporte à estratégia traçada pela política internacional, buscando criar uma agenda autônoma de segurança continental, junto com nossos vizinhos. No entanto, os planos não saíram do papel e a BID não obteve ganhos com esse alinhamento.

A PND continuava sendo uma portaria do poder executivo, sem participação do Congresso Nacional e, conseqüentemente, com omissão da sociedade e de seus representantes no que se refere a assuntos da Defesa Nacional.<sup>198</sup>

A PNID busca dar incentivos tributários, promover a exportação e incentivar a compra de produtos domésticos, bem como que compras no exterior impusesse ao fornecedor compensações (*off set*), buscando capacitar as empresas nacionais. As propostas previstas na lei foram executadas, exceto a previsão das despesas militares que sofreram variação, prejudicando a previsibilidade orçamentária para a execução de projetos. Buscando essa previsibilidade orçamentária, alguns projetos foram

---

<sup>195</sup> AMARANTES apud FONSECA JR, 2022, p. 107.

<sup>196</sup> SILVA apud FONSECA JR, 2022, p. 107.

<sup>197</sup> FONSECA JR, 2022, p. 108.

<sup>198</sup> *Ibidem* p. 109.

incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, a princípio, impediria o contingenciamento. Isso animou o setor empresarial, mas, por fim, os repasses de recursos para os projetos não foram cumpridos, obrigando as Forças Armadas a modificar o escopo do projeto, diminuindo o número de encomendas ou estendendo o prazo de conclusão.<sup>199</sup>

O PACTI 1 foi um importante avanço, pois reuniu o Ministério da Defesa e outros ministérios no que se referia a projetos para a Defesa Nacional. As ações previstas foram implementadas, mas de forma insatisfatória tendo em vista recursos insuficientes.<sup>200</sup>

A END foi arquitetada pelo então Ministro da Defesa Nelson Jobim e, como político bem articulado no âmbito do Congresso Nacional, facilitou a interlocução entre os militares, políticos e formadores de opinião. Drumond enfatiza a importância da participação de todos nesse assunto, pois “a questão é que a defesa não é coisa de governo é estado, e quem perdia com a falta de informação sobre o estratégico tema era a sociedade”.<sup>201</sup>

Montada em três eixos estruturantes; dos quais interessa a este trabalho apenas o terceiro, que se refere a reestruturação da indústria de defesa nacional. Nela estava estabelecido que o Estado deveria ser o ator principal no processo de revitalização da BID, em conformidade com os projetos políticos e econômicos do governo Lula.<sup>202</sup>

Dilma deu prosseguimento as políticas voltadas ao setor de defesa, “mais por inércia do que por iniciativa”.<sup>203</sup>

Em 2012, foi promulgada a Lei da Nova Defesa (Lei 12.598 de 21 de março de 2012), que trazia resposta a algumas lacunas deixadas na redação da PND. Nela foram criadas as Empresas Estratégicas de Defesa (EED). A criação desse tipo de empresa visava proteger a indústria nacional e estimular a produção autóctone de material de defesa. Até 2020, o MD havia cadastrado 110 EED. O escopo da lei trouxe diversos benefícios às EED: “a possibilidade de editais para compra de produtos e sistemas de defesa de produção nacional, e direcionados para EED; criação de regras para

---

<sup>199</sup> Ibidem p. 110 – 111.

<sup>200</sup> Ibidem p. 112 – 113.

<sup>201</sup> DRUMOND, 2014, p. 173.

<sup>202</sup> FONSECA JR, 2022, p. 115.

<sup>203</sup> Ibidem p. 116.

continuidade e estabilidade orçamentária; obrigatoriedade de inserção nos editais cláusulas de compensação tecnológica/industrial/comercial que gerem ganhos para a BID quando das importações; desoneração das aquisições internas e importações das EED e de seus fornecedores com o emprego do Regime Especial para a Indústria de Defesa (RETID); desoneração das exportações das EED; e estabelecimento de uma parcela mínima de agregação nacional aos produtos importados pelo MD”.<sup>204</sup>

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012/2015 – aprovada em 15 de dezembro de 2011, veio estabelecer as estratégias vinculadas ao PACTI. No que se referia ao setor de defesa, previa fazer a integração entre o MD e o MCTI, para fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento em áreas de pesquisa científica e tecnológica, propiciando o crescimento da BID. A ENCTI citava alguns exemplos de integração entre os ministérios: domínio completo do ciclo nuclear para propulsão do submarino brasileiro; pesquisa para viatura de transporte de pessoal sobre rodas Guarani e dos radares SABER M60 e M200 e projeto de míssil de quinta geração ar-ar A-DARTER.

Ainda no governo Dilma, foi firmado em 2013, um protocolo de intenções entre BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), MD e Agência Espacial Brasileira (AEB) instituindo o Plano de Ação Conjunta Inova Aerodefesa. Foram disponibilizados cerca de R\$ 3,4 bilhões para aprovação de planos de negócio. O projeto e a construção do cargueiro KC-390 foi um dos resultados concretos da aplicação desses recursos.<sup>205</sup>

As políticas empregadas nos governos Lula e Dilma foram importantes para o setor produtivo de defesa, no entanto, não foram suficientes para reverter a tendência da importação de produtos de alta tecnologia no setor, as Forças Armadas ainda continuam obrigadas a realizar compras de oportunidade no mercado externo para suprir suas necessidades.

Brick relata a situação do Brasil quando o assunto é a defesa:

(...) no Brasil, a classe política essa sua responsabilidade deixando à cargo das Forças Armadas praticamente tudo relacionado à defesa. (...) as decisões acabam sendo tomadas “de baixo para cima”, a partir de uma visão parcial, puramente

---

<sup>204</sup> FIESP apud FONSECA JR, 2022, p. 118 – 119.

<sup>205</sup> FONSECA JR, 2022, p. 120 – 122.

corporativa e militar e, não, como deveria ser, a partir de uma visão holística, traduzida em orientações claras e objetivas, emanadas do poder político.<sup>206</sup>

A Constituição Brasileira prevê, no seu artigo 91, o Conselho Nacional de Defesa (CND), que é órgão político consultivo do Presidente da República de mais alto grau. Tem como membros os presidentes das Casas Legislativas, Vice-Presidente, os ministros da Defesa, Relações Exteriores, Justiça, Economia e os comandantes das três Forças. No entanto, devido a falta de vontade política, esse órgão não funciona e deixa de elaborar uma estratégia nacional de defesa abrangente.<sup>207</sup>

Salta aos olhos que o Brasil não tem, como a Índia, uma Grande Estratégia como definido por Parmar<sup>208</sup>. Brick também aborda que:

(...) a Grande Estratégia de uma país, deve condicionar todas as suas grandes estratégias setoriais, como a defesa e todas as outras umbilicalmente ligadas a ela, tais como as relações exteriores, segurança, inteligência, industrial e tecnológica, também deriva de opções políticas feitas por representantes do povo.<sup>209</sup>

Marcado em sua maior parte por falta de planejamento, inação dos governos, falta de vontade política e afastamento do setor político do tema Defesa Nacional, o período estudado não foi propício para o desenvolvimento da BID brasileira. Salvo os anos dos governos militares, onde o apoio à indústria de defesa alçou o Brasil à posição de um dos maiores exportadores do mundo, e do período neodesenvolvimentista, que possibilitou o setor produtivo de defesa ensaiar um novo ciclo de sucesso, os demais anos não trouxeram investimentos significativos no setor.

### 3.4 Fatores Militares

O Brasil, no final da década de 1930, compra uma grande quantidade de armamentos e equipamentos militares da Alemanha. “Tudo indicava que o Brasil constituiria a mais poderosa máquina militar da América do Sul”<sup>210</sup> Porém, esse poder era ilusório, construído sobre bases fracas. O Brasil não tinha condições de ter um setor industrial moderno e, por conseguinte, um setor produtivo de defesa, “as Forças Armadas dependiam do bom humor e dos materiais de defesa dos países

---

<sup>206</sup> BRICK, 2022.

<sup>207</sup> BRICK, 2022.

<sup>208</sup> PARMAR, 2020, p. 83-84.

<sup>209</sup> BRICK, 2022.

<sup>210</sup> DRUMOND, 2014, p. 66.

desenvolvidos”.<sup>211</sup> A falta de indústrias siderúrgicas modernas em território nacional, impedia o crescimento do setor industrial. Foi somente na década de 40 que, ajudada pelos EUA já que participava do esforço de guerra, o Brasil conseguiu tecnologia e recursos para instalar a primeira planta siderúrgica no país,<sup>212</sup> “a indústria de defesa não avançou no governo Vargas, mas as bases para o crescimento industrial foram lançadas”.<sup>213</sup>

Na década de 30, o Brasil era capaz de fabricar munições de granadas de artilharia e de morteiros viaturas hipomóveis, cozinhas de campanha, equipamentos de transposição de cursos d’água, reboques para viaturas, munição de grosso calibre, máscara contra gases, produto químicos fumígenos, gases de guerra e material de comunicação.<sup>214</sup>

O desenvolvimento e a pesquisa no Brasil foram iniciados no final da década de 1940, contando com tecnologia estrangeiras, mas no setor de defesa os militares se mostravam satisfeitos em comprarem armamento e equipamento no exterior. Amarante destaca que, no setor de defesa, os engenheiros da época sabiam como fazer (*know how*), mas não possuíam o porquê fazer (*know why*).<sup>215</sup>

Em 1946, durante o governo do presidente Dutra, foi determinada a constituição e competência das Forças Armadas e foi criado o Estado-Maior Geral – embrião do Estado-Maior das Forças Armadas – mas isso nada contribuiu para dar um norte para as ações do Estado dentro da defesa, pois os Ministros das Forças continuavam independente em suas decisões e concebiam suas próprias estratégias.<sup>216</sup>

As bases para o sucesso das empresas do setor de defesa começaram ser lançadas a partir do fim da década de 1950 – neste ano foram criados o Instituto de Pesquisas da Marinha e o Instituto Militar de Engenharia, bem como houve apoio para as pesquisas realizadas nos laboratórios da Aeronáutica.<sup>217</sup> Drumond ressalta que durante esse período da Guerra Fria a soberania nacional dos países da América do Sul era apenas relativa e cita como exemplo a Guerra das Malvinas em 1982, que mostrou

---

<sup>211</sup> Ibidem p. 79.

<sup>212</sup> FONSECA JR, 2022, p. 72.

<sup>213</sup> DRUMOND, 2014, p. 62.

<sup>214</sup> FONSECA JR, 2022, p. 71.

<sup>215</sup> AMARANTE apud FONSECA JR, 2022, p. 71.

<sup>216</sup> FONSECA JR, 2022, p. 74.

<sup>217</sup> DRUMOND, 2014, p. 72.

a fragilidade dos países da região.<sup>218</sup> Fazia-se urgente ações para o país adquirir autossuficiência no setor produtivo de defesa.

No período entre 1964-1985, durante os governos militares, o país seguiu mais claramente o objetivo de investir na indústria de defesa e na inserção de seus produtos no mercado internacional. Essa maior clareza de propósitos possibilitou um período de pujança da indústria de defesa nacional, como ressalta Moraes:

A Indústria de Defesa no Brasil e as exportações brasileiras de armamento tiveram seu auge entre a metade dos anos 1970 e o início dos anos 1990., quando os veículos blindados, modelos Cascavel, urutu e Jararaca, fabricados pela empresa Engenheiros Especializados S/A (Engesa), o Sistema de Artilharia de Foguetes Astros II (em inglês *Artillery Saturation Rocket System*), fabricado pela Avibrás Indústria Aeroespacial, e as aeronaves militares Tucano e Xingu, da Embraer, foram produzidos em volumes relativamente elevados para atender às Forças Armadas do Brasil e/ou países como Iraque, Líbia, Reino Unido, França e Colômbia.<sup>219</sup>

A partir da década de 1960, começam a surgir empresas nacionais capazes de atender as necessidades de reequipamento das Forças Armadas com produtos dotados de algum nível de tecnologia autóctone. Nesse período, o Brasil era impedido de acessar equipamentos de defesa de alta tecnologia no mercado internacional.<sup>220</sup> Essas empresas acabaram se embrenhando pelo setor de defesa com o intuito de ocupar a capacidade ociosa de suas linhas de produção, gerada pela crise econômica, existente na época.<sup>221</sup> Além disso, durante os anos 60 ocorriam uma série de conflitos de baixa intensidade, que os empresários brasileiros souberam aproveitar esse nicho de mercado que não demandavam produtos de alta tecnologia, os quais a indústria nacional era capaz de prover.<sup>222</sup>

Embora a BID nacional seja composta majoritariamente por empresas privadas, a participação do Estado no setor foi de suma importância para alavancar as atividades. Pode ser destacado o emprego dos recursos estatais em P&D em setores nos quais os custos são proibitivos para o setor privado, como o aeronáutico, por exemplo. Drumond cita que “a construção aeronáutica no Brasil não teria alcançado resultados extraordinários sem o apoio direto do Estado”.<sup>223</sup> Dentro desse escopo também pode

---

<sup>218</sup> *Ibidem* p. 79.

<sup>219</sup> MORAES, Rodrigo F. A Inserção Externa da Indústria Brasileira de Defesa: 1975 - 2010. IPEA, Brasília, fevereiro de 2012, p. 7.

<sup>220</sup> DRUMOND, 2014, p. 81.

<sup>221</sup> DAGNINO apud FONSECA JR, 2022, p. 76.

<sup>222</sup> FONSECA JR, 2022, p. 78.

<sup>223</sup> DRUMOND, 2014, p. 91.

ser citado o exemplo da concepção do blindado Cascavel, que começou a ser projetado, em meados dos anos 60, nas pranchetas do Exército e, posteriormente, seu aperfeiçoamento e produção assumidos pela Engesa.<sup>224</sup> Esse período marca uma cooperação bem próxima entre as Forças Armadas e a indústria de defesa.

Nessa época áurea de nossa indústria de defesa, quase a totalidade do equipamento empregado pelo Exército era de fabricação autóctone. Mawakdiye destaca que “nas décadas de 1970 e 1980, mas de 90% dos equipamentos do Exército eram de origem nacional”.<sup>225</sup>

No final da década de 1980, no campo militar, a redução dos conflitos entre os países do Oriente Médio, como a guerra entre Irã e Iraque, começa a impactar negativamente a venda de produtos de defesa realizadas pelo Brasil. Aliado a isso, o fim da Guerra Fria (1989) e a Guerra do Golfo (1991) gerou uma grande sobra de material de defesa, que começou a ser comercializado a preços baixos no mercado internacional, prejudicando a comercialização de produtos brasileiros, principalmente no exterior.<sup>226</sup>

Outro fator que contribuiu para a derrocada da BID nacional foi a diminuição do investimento em defesa, que impossibilitou que o material de emprego militar fosse vendido no mercado interno. Segundo Mawakdiye “depois da lua-de-mel com os governos militares (1964-1985), que alcançaram à condição de player global, o setor sofreu nas mãos dos posteriores governos civis, que passaram a reduzir investimento nas Forças Armadas”.<sup>227</sup>

Drumond relata que nesse período a estratégia de defesa vivia de improvisações e a defesa vagava no campo das generalizações. As operações militares ocorriam de forma descentralizada e o EMCFA funcionava apenas como órgão de assessoria militar ao governo, sem exercer sua função de coordenação das Forças. “As Forças Armadas fragilizadas tanto em adestramento quanto em meios operacionais”.<sup>228</sup>

Em 1999 foi criado o Ministério da Defesa, porém sua criação não trouxe imediatamente nenhuma grande realização no campo militar, sendo implementadas

---

<sup>224</sup> Ibidem, 2014, p. 134.

<sup>225</sup> MAWAKDIYE apud DELLAGNEZZE, 2008, p. 57.

<sup>226</sup> BASTOS apud DELLAGNEZZE, 2008, p. 57.

<sup>227</sup> MAWAKDIYE apud DELLAGNEZZE, 2008, p. 59.

<sup>228</sup> DRUMOND, 2014, p. 164 - 165.

soluções “emergenciais” para a defesa. A Força Aérea, por exemplo, recebeu soluções pontuais para buscar amenizar a grave situação em que operavam suas aeronaves. No Exército foram criados os chamados núcleos de modernidade, brigadas de emprego imediato, buscando atender principalmente uma estratégia de dissuasão no norte do país.<sup>229</sup>

Moraes destaca que na década de 1990 o Brasil passa a importar mais material militar, mostrando que a indústria nacional já não possuía a capacidade de atender as demandas de modernos equipamentos militares das Forças Armadas. O país salta da posição de 53º maior importador, na década de 1980, para a 27ª posição nos anos 90.<sup>230</sup>

Esse período é marcado por uma onda neoliberal com muitas privatizações, onde o governo buscava parar de atuar no setor produtivo. No entanto, a Lei 8.031/90 – Programa Nacional de Desestatização, deu permissão para que o Estado concentrasse esforços em atividades que sua presença fosse fundamental para que fossem atingidos os objetivos nacionais, dando margem para a manutenção das empresas estatais como IMBEL e ENGEPROM<sup>231</sup>, que ainda atuam ligadas às Forças Armadas e prestam importantes serviços na produção de material bélico.

O setor de defesa somente iria receber nova dose de incentivos durante o Ciclo Neodesenvolvimentista<sup>232</sup>, marcado pelos governos dos presidentes Lula e Dilma. Durante a campanha, o então candidato Luís Inácio Lula da Silva, afiançou que daria prioridade ao orçamento militar e os temas ligados à BID,<sup>233</sup> dando esperança ao setor que a BID pudesse ser novamente estruturada.

Dagnino destaca a impossibilidade pela volta dos níveis de exportação alcançados por nossa BID nas décadas de 70 e 80, tendo em vista o término dos conflitos de baixa intensidade, bem como o veto aos países em desenvolvimento a tecnologias de ponto utilizadas em armamento.<sup>234</sup>

A revisão da PND/END e a criação de legislações visando fomentar a produção do setor de defesa gerou um interesse do setor privado em realizar investimentos na

---

<sup>229</sup> *Ibidem* p. 166 – 167.

<sup>230</sup> MORAES, 2012, p. 35.

<sup>231</sup> FONSECA JR, 2022, p. 86.

<sup>232</sup> *Ibidem* p. 101.

<sup>233</sup> *Ibidem* p. 102.

<sup>234</sup> DAGNINO apud FONSECA JR, 2022, p. 106.



área, inclusive de empresas de outros países. As empresas estrangeiras escolheram um caminho mais fácil para acessar o mercado brasileiro: tornarem-se sócias ou comprarem empresas nacionais já existentes. Esse tipo de associação também contribuiu para as empresas nacionais terem acesso a tecnologia que ainda não estava disponível no mercado internacional, porém com o risco de veto por parte dos governos dos países de origens das empresas internacionais.

Podemos citar como exemplo a Construtora Odebrecht que, em 2009, associou-se à francesa *Direction des Constructions Navales et Services* (DCNS), atualmente denominada *Naval Group*, e integraram o Consórcio Baía de Sepetiba. No intuito de atuarem no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), as duas empresas formaram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) em associação com a ENGEPROM (empresa ligada à Marinha do Brasil). Além dessa ação no mercado brasileiro, pode ser citado ainda a união do Grupo Andrade Gutierrez com a *Thales* para a formação da Andrade Gutierrez Defesa e Segurança; a associação do Grupo OAS com a empresa israelense Rafael e a Construtora Queiroz Galvão que se juntou a empresa brasileira *Flight Technologies* e as norte-americanas *Northrop Grumman* e a *Lockheed Martin*.<sup>235</sup>

Houve aquisições do controle de empresas nacionais por estrangeiras como a Thales que adquiriu a Omnisys, que fabrica radares de longo alcance; e a Elbit que controla a Ares, desenvolvedora das torres remotas que equipam os blindados Guarani.<sup>236</sup>

Nossa maior indústria do setor de defesa, a Embraer, também fez uma incursão no mercado, seguindo a tendência de fusões que surgiu no ocidente após o término da Guerra Fria. Em 2010, ela cria uma subsidiária voltada para Defesa e Segurança e nesse processo adquire participação nas empresas Orbisat (64,7%); Atech (50%) e na Harpia Sistemas, formando uma joint venture com a AEL Sistema (controlada pela israelense Elbit).<sup>237</sup>

Todo esse processo de associações e incorporações, serviram para dar base aos Projetos Estratégicos da Defesa, englobando as três Forças: Construção de submarinos convencionais e com propulsão nuclear; Programa Nuclear da Marinha: construção

---

<sup>235</sup> FONSECA JR, 2022, p. 126.

<sup>236</sup> *Ibidem* p. 86.

<sup>237</sup> *Ibidem* p. 127.

das Fragatas Classe Tamandaré; Programa Guarani; Astros 2020; Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SisFrom); Gripen e desenvolvimento e aquisição dos KC-390.

Fonseca Jr aborda os óbices que podem surgir deste processo de parceria com empresa estrangeiras:

Ao serem firmados acordos parte-se do princípio de que é o melhor caminho para ter acesso a fronteira tecnológica, o que nem sempre é verdade. Essa associação embute nas entrelinhas a dependência ao cerco geopolítico ocidental. Um caminho mais seguro seria a pesquisa autóctone, assim sendo o Estado não desistiria de controlar uma área que é estratégica para o País.<sup>238</sup>

Claramente, nestas últimas décadas, está ocorrendo a desnacionalização da indústria de defesa nacional, já que é um atalho para termos acesso à tecnologia de ponta neste setor, porém ficamos expostos a alguma sanção dos países onde tais empresas são sediadas. A Índia, por exemplo, limitou a participação de capital estrangeiro em suas empresas de defesa. Santayana aborda este processo da seguinte forma:

O país procura investir em sua defesa, mas está muito moroso e comete um erro crasso, o de não produzir seus armamentos e petrechos de combate. Estamos desnacionalizando o pouco da indústria bélica de que dispomos, com a entrada maciça de empresas estrangeiras (entre elas, e de forma agressiva, as de Israel) no parque industrial brasileiro, mediante aquisição de firmas nacionais ou de associação com nossos empreendedores.<sup>239</sup>

A escassez e a forma imprevisível de liberação dos recursos votados à área de defesa também contribuem para a forma tímida que nossas empresas de defesa se desenvolvem. As Forças Armadas possuem planejamentos para o reequipamento de suas forças a longo prazo, no entanto, esses projetos saem do papel em ritmo inconstante e insatisfatório, principalmente pela imprevisibilidade dos recursos destinados a consecução desses planos. Sem previsibilidade orçamentária as empresas não se sentem seguras em investir no setor.<sup>240</sup> Ainda falta um planejamento centralizado por parte do governo, envolvendo ministérios chaves para que seja realizado um plano factível de investimentos na área de defesa.

---

<sup>238</sup> FONSECA JR, 2022, p. 127.

<sup>239</sup> SANTAYANA, Mauro. O Cerco à Indústria Brasileira de Defesa. DefesaNet, agosto de 2012.

<sup>240</sup> FONSECA JR, 2022, p. 143.

As empresas que melhor sobrevivem às incertezas orçamentárias brasileiras são as que atuam de forma dual e que tem um grande mercado externo. Podemos citar o exemplo da Embraer, que apenas 14% de seus ganhos correspondem ao comércio de armas e mais de 80% da aviação comercial.<sup>241</sup> Atuando exclusivamente no mercado de defesa e tendo o governo brasileiro como único cliente, fica muita difícil para a empresa sobreviver nesse mercado e manter as suas finanças equilibradas. A capacidade de atender outras demandas de outros setores, evitaria a dependência de um único cliente.<sup>242</sup>

Sobre a atual situação da defesa do País, Brick alerta que “O Brasil é um gigante territorial, demográfico e econômico, mas um pigmeu militar”. Segundo ele a nossa capacidade de está muito aquém da necessária para enfrentar os desafios da atualidade e que ainda, sem a participação dos políticos, está acéfala.<sup>243</sup>

Quanto ao fator militar, os governos deixaram a defesa à deriva sem que possibilitassem a integração deste setor com as demais áreas. Deste modo, faltou planejamento e investimento necessário para que as Forças Armadas fossem empregadas de para que o país obtivesse sucesso no atingimento de seus objetivos. Nesse período de mais de sete décadas em menos da metade a defesa nacional e por conseguinte a indústria de defesa receberam investimentos para seu desenvolvimento, sendo fruto, às vezes, de interesse de particulares e da Forças Armadas que resolveram buscar soluções para o setor. Assim, esse fator contribuiu para o desenvolvimento da BID, mas poderia participar com muito mais.

### 3.5 Fatores Econômicos

Ainda na década de 1940, a Marinha, o Exército e a Força Aérea se encontravam equipadas com material proveniente dos Estados Unidos, que haviam equipado seus aliados durante o conflito mundial. Deste modo, naquela época não havia interesse do governo e tão pouco das Forças Armadas em fornecer incentivos econômicos para o desenvolvimento da indústria de defesa nacional.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> Ibidem p. 144.

<sup>242</sup> SCHMIDT, Flávia de Holanda; ASSIS, Lucas Rocha Soares de. A Dinâmica Recente do Setor de Defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas. Ipea. Rio de Janeiro, outubro de 2013, p. 33.

<sup>243</sup> BRICK, 2022.

<sup>244</sup> DRUMOND, 2014, p. 68.

O governo Dutra se preocupou com a reposição de bens de produção da economia brasileira, que era dada com premência tendo em vista o temor de eclodir uma terceira guerra mundial, que poderia encontrar toda a economia brasileira fragilizada.<sup>245</sup> Bielschowsky relata que “no período de 1948 a 1952 a economia brasileira cresceu ininterruptamente a uma taxa média de cerca de 7% ao ano”.<sup>246</sup> No entanto, a economia não se encontrava bem, com inflação alta e desequilíbrio na balança de pagamentos.<sup>247</sup>

Na década de 1950, Vargas volta ao poder em meio a uma crise política e econômica, com inflação alta, balança de pagamentos desequilibrada e pouca perspectiva de crescimento da economia. Neste mandato, ele cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), buscando fomentar o crescimento do setor industrial no país. No entanto, não houve planos para incentivar a indústria privada de material de defesa, bem como a produção de munições que estavam na mão do Estado também passava por maus momentos, tendo em vista a falta de investimento no setor.<sup>248</sup>

No governo JK foi implantado o plano de metas, que contemplava setores como energia, transporte, educação, indústria e a construção de uma nova capital, a qual consumiu um grande montante de recursos, contribuindo para o aumento da inflação e da crise econômica. Assim não houve grande investimento na indústria de defesa nacional.<sup>249</sup>

Com a crise política gerada nos governos Jânio Quadros e João Goulart, foi alçado ao poder o primeiro presidente do ciclo militar, general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967). O governo Castelo Branco priorizou o desenvolvimento e o crescimento industrial, mostrando resultados com a queda da inflação e do déficit público. A economia começava a mostrar sinais de melhora.

No governo de Costa e Silva (1967 – 1969) foram implementadas ações para melhorar o plano de desenvolvimento, reforçando as medidas adotadas pelo governo anterior. Segundo Drumont, “o PIB cresceu em porcentagens surpreendentes, chegando à média anual de 11,3%, com variação de 13% em 1973”. Cabe ressaltar que

---

<sup>245</sup> FONSECA JR, 2022, p. 73.

<sup>246</sup> BIELSCHOWSKY, 2004, p. 442.

<sup>247</sup> FONSECA JR, 2022, p. 73.

<sup>248</sup> DRUMOND, 2014, p. 71.

<sup>249</sup> *Ibidem* p. 72.

a estatização avançou muito nesse período competindo com o setor privado da economia, exemplo disso foi a criação da Embraer em 1969 para a produção do avião Bandeirante.<sup>250</sup> Sobre esse período de crescimento, Lago relata que “1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes (...) passou a ser conhecido como milagre econômico brasileiro”.<sup>251</sup>

Diante de um crescimento econômico tão pujante, o caminho natural seria o País investir em uma base industrial de defesa capaz de atender as necessidades das Forças Armadas. De acordo com Dagnino, toda as nações com um certo grau de desenvolvimento têm de enfrentar a decisão de investir ou não em indústria de defesa.<sup>252</sup>

No entanto, na década de 1980, a indústria de defesa brasileira começa a sentir os efeitos da crise do capitalismo iniciada em 1973 com o primeiro choque do petróleo. O Brasil começa a enfrentar um cenário macroeconômico insuperável com o modelo de desenvolvimento adotado<sup>253</sup>, já que o País havia se baseado na hipótese do petróleo barato para seu desenvolvimento.<sup>254</sup> Os anos 80 foram caracterizados por hiperinflação e recessão causadas pelas duas crises do petróleo, pela crise da dívida e pela elevação das taxas de juros internacionais.<sup>255</sup> Para Bielschowsky “as características do anos 80 foram de profunda recessão, crise externa e elevada taxa de inflação(...) desfavorável para a indústria de defesa, que naquele momento dependia em grande medida dos recurso estatais”.<sup>256</sup>

Com a volta dos governos civis a partir de 1985, buscando alinhamento com um conceito liberal na economia, houve a abertura do mercado nacional, prejudicando as empresas que não estavam preparadas para este novo cenário. Aliado a isso, ocorreu uma diminuição das compras feitas pelo Estado, que estava cumprindo restrições estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros bancos internacionais.<sup>257</sup> Na época, o governo brasileiro não cumpriu acordos firmados com

---

<sup>250</sup> Ibidem p. 78.

<sup>251</sup> LAGO apud FONSECA JR, 2022, p. 76.

<sup>252</sup> DAGNINO apud FONSECA JR, 2022, p. 76.

<sup>253</sup> FONSECA JR, 2022, p. 80.

<sup>254</sup> FISHLOW, Albert. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período de 1974/84. *Pesq. Plan. Econ.* 16 (3), p. 507 – 550. Rio de Janeiro, dezembro de 1986, p. 511.

<sup>255</sup> AVILA, Cristiane Regina Silveira de. A crise dos anos 80 e a busca da estabilização: as experiências das economias argentina e brasileira. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007, p. 7.

<sup>256</sup> BIELSCHOWSKY apud FONSECA JR, 2022, p. 81.

<sup>257</sup> FONSECA JR, 2022, p. 82.

outros países no setor de defesa, gerando atrasos e óbices em vários contratos, como por exemplo o do AMX.<sup>258</sup> Isso trouxe um grande prejuízo para a indústria de defesa nacional.

Sami Youssef Hassuani, então presidente da Associação Brasileira da Indústria de materiais de Defesa, quanto a este período disse que “nos EUA e Europa, os governos priorizaram a saúde financeira de suas empresas defesa (...)”.<sup>259</sup> Drumond reforça essa ideia ao dizer que o governo interveio no setor de automóveis na década de 1990, mas não fez o mesmo durante a crise do mercado de defesa.<sup>260</sup> Mostrando que foi um erro o governo brasileiro não ter optado por ajudar financeiramente as empresas integrantes da BID.

Fonseca Jr destaca que aliada à retração da demanda interna e internacional e a deficiências da estrutura produtiva, houve uma política de valorização cambial, que culminou com a perda de competitividade da indústria no mercado.<sup>261</sup>

No ano de 1994, por meio do Plano Real, lançado no governo Itamar Franco, o Brasil conseguiu o controle da inflação, porém não foi suficiente para proporcionar um crescimento econômico devido às altas taxas de juros e o país continuou dependendo de exportações. No lançamento do Real o PIB cresceu quase 6%, mas em 1998 a economia estava novamente estagnada.<sup>262</sup>

Durante o governo Lula, foi dada continuidade a linha neoliberal no setor da macroeconomia e finanças, mas nos demais setores o governo deu uma guinada, cancelando o processo de privatizações e o aumento de investimentos em empresas estatais. O governo acreditava na participação ativa do Estado no desenvolvimento econômico do país. Porém a economia brasileira era baseada no agronegócio, gerando impacto sobre o setor industrial de defesa.<sup>263</sup> Neste período, o crescimento da economia foi baseado principalmente na venda de commodities principalmente para China.

No governo Dilma houve um movimento para proteger a indústria nacional, quebrando de vez a ligação com os preceitos neoliberais que ainda persistiram durante

---

<sup>258</sup> DRUMONT, 2014, p. 96.

<sup>259</sup> HASSUANI apud DRUMOND, 2014, p. 126.

<sup>260</sup> DRUMOND, 2014, p. 127.

<sup>261</sup> FONSECA JR, 2022, p. 98.

<sup>262</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/> acessado em: 06/08/2023.

<sup>263</sup> *Ibidem* p. 102.

o primeiro governo Lula. No entanto, o Brasil já sofria os efeitos do esgarçamento das medidas social desenvolvimentistas. Para os neodesenvolvimentistas o motivo para o fracasso dessa política foi “de carácter estrutural, com redução da estrutura produtiva, caracterizada pela desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora”. A indústria de defesa sofreu por não ocupar uma posição de relevância dentro das prioridades nacionais, sofrendo com as atribulações econômicas enfrentadas pelo governo. Mesmo quando os Projetos Estratégicos do MD participaram do PAC, não foi possível evitar atrasos e mudanças de escopo tendo em vista a imprevisibilidade orçamentária.<sup>264</sup>

Durante este período abarcado pelo estudo, foram muitas as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil que, conseqüentemente, trouxeram reflexos sobre o PIB e sobre as condições financeiras da população. No gráfico 4, há a evolução do PIB brasileiro no período de 1960 – 2022:

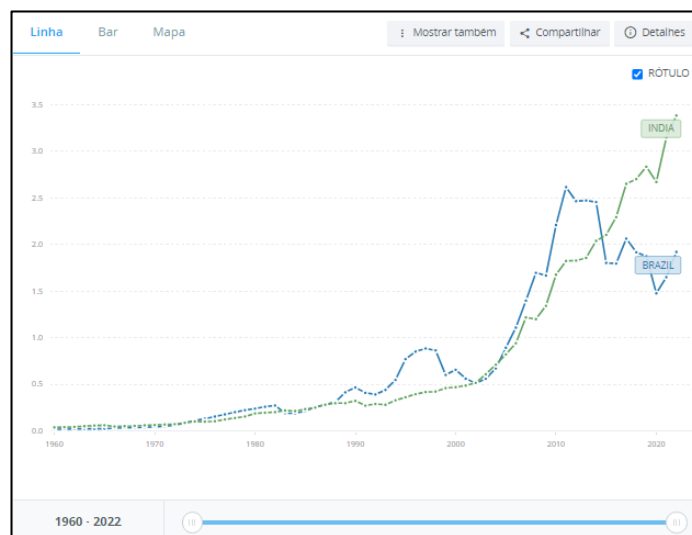


GRÁFICO 4 – Evolução do PIB do Brasil x Índia  
Fonte: <https://data.worldbank.org>

Traçando uma comparação com o PIB indiano vemos que o crescimento do Produto Interno Bruto daquela nação asiática seguiu uma tendência mais estável. No caso do Brasil, podemos contatar claramente momentos de maior crescimento, como nos anos 70, durante o período do milagre brasileiro; na década de 1990, quando o Brasil entra no ciclo do Plano Real e, por fim, o grande crescimento representado pela

<sup>264</sup> Ibidem p. 104 – 111.

valorização do preço das commodities, durante as duas primeiras décadas do século XXI. Depois deste período claramente o PIB brasileiro se descola do indiano, com uma diferença de cerca de US\$ 1,4 trilhão. Esse fato traz grandes impactos sobre a qualidade do investimento em defesa feito pelo Brasil, bem como mantém as tensões dentro da população por melhora na qualidade de vida. A “manteiga” se torna mais importante que o “canhão”.

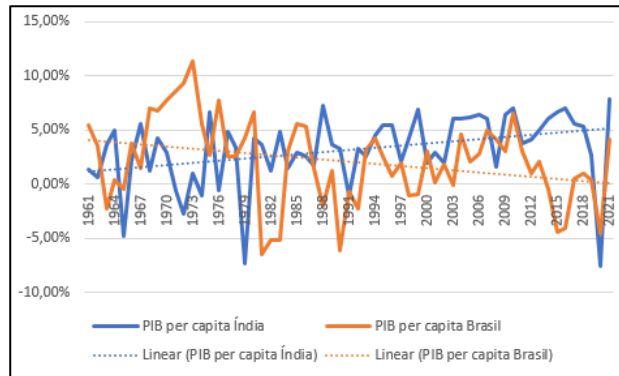


Gráfico 5 – Taxa crescimento PIB per capita

Fonte: autor com dados do data.worldbank.com

O gráfico 5 mostra que no período do estudo o Brasil possui um viés de queda para o PIB per capita, não contribuindo que a população tenha a sensação de um aumento do bem-estar social, deixando mais difícil a escolha para os governos investir em defesa em vez de investir em setores que gerassem benefícios imediatos à população.

Esses altos e baixos na situação econômica brasileira geraram uma falta de previsibilidade no investimento em defesa, no quadro abaixo é demonstrado a percentagem em relação ao PIB empregado no período de 1956 – 2022.

ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB	ANO	% PIB
1956	xxx	1968	2,60%	1980	1,10%	1992	1,50%	2004	1,50%	2016	1,30%
1957	4,40%	1969	2,60%	1981	1,10%	1993	1,90%	2005	1,50%	2017	1,40%
1958	4,10%	1970	2,90%	1982	1,30%	1994	2,00%	2006	1,50%	2018	1,40%
1959	3,00%	1971	2,60%	1983	1,30%	1995	1,90%	2007	1,50%	2019	1,40%
1960	2,70%	1972	2,40%	1984	1,20%	1996	1,70%	2008	1,40%	2020	1,30%
1961	2,40%	1973	2,20%	1985	1,40%	1997	1,60%	2009	1,50%	2021	1,20%
1962	2,40%	1974	1,90%	1986	1,20%	1998	1,70%	2010	1,50%	2022	1,10%
1963	2,30%	1975	2,00%	1987	1,70%	1999	1,60%	2011	1,40%	2023	
1964	2,00%	1976	2,00%	1988	2,10%	2000	1,70%	2012	1,40%	2024	
1965	3,40%	1977	1,70%	1989	2,70%	2001	2,00%	2013	1,30%	2025	
1966	3,00%	1978	1,60%	1990	2,40%	2002	1,90%	2014	1,30%	2026	
1967	2,90%	1979	1,50%	1991	2,00%	2003	1,50%	2015	1,40%	2027	

TABELA 2 – Percentual do PIB brasileiro investido em defesa

Fonte: Sipri.org



Da análise da tabela 2, depreende-se que o Brasil já investiu em defesa mais de 2% de seu PIB em alguns anos, mas na maior parte do período a taxa ficou entre 1% e 2% do PIB. O gráfico demonstra também que, em momento de maior crise, como na década de 1980 e 2010, foram onde o nível de investimento atingiu seu patamar mais baixo, em torno 1,10%. Este fato demonstra claramente que o governo retirou recursos da área para atender setores que julgava mais importante, como a área social.

Quanto a imprevisibilidade orçamentária, Edgard Menezes, Diretor Comercial Defesa & Espaço Brasil da Omnisys, declarou que “a descontinuidade orçamentária e a imprevisibilidade de encomendas são as maiores dificuldades em ter o governo como cliente”.<sup>265</sup> A declaração demonstra o quanto esses altos e baixos no orçamento para a defesa afeta as empresas integrantes da BID.

No gráfico 6, o cruzamento dos dados da taxa de investimento em defesa com o crescimento do PIB mostra que o Brasil, a partir dos últimos anos do século XX começa a ficar para trás em investimento em relação à Índia, acentuando essa diferença a partir da década de 2010. O grande crescimento do PIB indiano e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil nesse ínterim geraram, em 2022, uma diferença de cerca de US\$ 60 bilhões, praticamente um abismo entre os investimentos em defesa dos dois países. Essa grande diferença reflete diretamente a capacidade de reequipar Forças Armadas e, por conseguinte, no crescimento e evolução do nosso parque industrial de defesa.

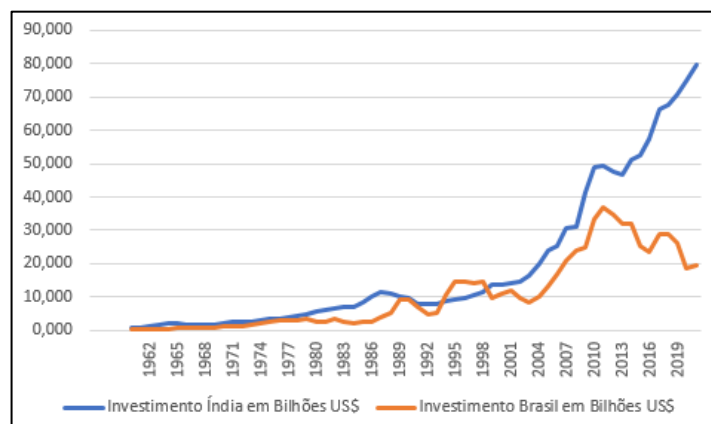


GRÁFICO 6 – Investimentos em defesa Brasil x Índia

Fonte: autor – dados sipri.org

<sup>265</sup> Declaração feita durante a vista do Curso Política e Estratégias Marítimas à Omnisys em 18/07/2023

Todos esses altos e baixos na situação econômica brasileira durante todas essas décadas impediu que o governo brasileiro encontrasse a dosagem ideal entre “canhões” e “manteiga”, como expressado por Macedo.<sup>266</sup> Sem encontrar essa dosagem ideal fica muito difícil estabelecer uma previsibilidade no investimento nessa área, visto que é bem mais fácil o político optar por gastos onde é mais bem visto por seus eleitores.

Da análise deste fator, verifica-se que as diversas crises econômicas do Brasil não favoreceram um crescimento sustentado do PIB nacional, impossibilitando trazer uma tranquilidade duradoura à população e, deste modo, “forçando” que os políticos investissem em áreas com maior visibilidade social.

Além disso, soma-se a falta de planejamento para o setor e de políticas destinadas a proporcionar o crescimento da indústria de defesa, com o governo, salvo em uma pequena parte do período estudado, deixando a indústria de defesa por conta própria sem se preocupar em preservar um setor tão importante da segurança nacional.

### **3.6 Considerações parciais**

O afastamento da população, dos formadores de opinião e, conseqüentemente, do Poder Legislativo dos assuntos referentes à Defesa Nacional afeta sobremaneira as ações neste campo, inclusive o apoio à BID.

Esse afastamento tem origem cultural, herdada de nossos colonizadores, os portugueses, influenciada ainda por uma aversão de nossa elite pelos militares – fruto do receio de novamente esse setor ocupasse posição de destaque na política – e a tudo que esteja ligado à caserna, como os assuntos de defesa. Para agravar este sentimento, o Brasil está inserido em um entorno estratégico onde tem um relacionamento tranquilo com seus vizinhos e com as demais potências presentes, deixando uma sensação que o país não tenha possíveis inimigos.

Após a Segunda Guerra Mundial, não é exagero dizer que nossa política exterior praticamente aboliu assuntos como dissuasão e resposta armada a conflitos. Tratada como assunto secundário por grande parte dos políticos, a Defesa Nacional passa a ser

---

<sup>266</sup> Macedo, 1976, p. 77.

um tema de governos e não de Estado, como deveria ser, gerando um comportamento senoidal de tudo que está relacionado a ela, como o setor das indústrias de defesa por exemplo.

Para agravar a situação, a economia, nessas últimas sete décadas, foi marcada por graves crises e decisões erradas, que não possibilitaram um desenvolvimento longo e contínuo do país no campo econômico, representado bem pelos saltos e quedas que o PIB nacional sofreu. Sem o aumento constante da riqueza do país fica muito difícil o aumento do investimento no setor de defesa, afinal na escassez de dinheiro os legisladores e governantes darão preferência à “manteiga” e não ao “canhão”.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **4.1 Análise comparativa entre os dois países**

Do estudo dos diversos fatores se infere que há mais pontos divergentes no caminho do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa dos dois países do que convergentes.

Os fatores fisiográficos apresentam grandes diferenças entre os dois países que acabam por influenciar como cada Estado estrutura sua Base Industrial de Defesa.

A Índia está inserida em entorno estratégico bastante conturbado. Há conflitos fronteiriços principalmente com Paquistão e China e, dentro do seu território, há ações terrorista incentivadas pelo governo Paquistanês. Como suas costas são banhadas pelo Oceano Índico e o Mar da Arábia, por onde passam mais de 90% do tráfego marítimo, há grande interesse das demais potências na região, dando destaque para a China que vem aumentando sua influência na região.

A política externa indiana baseada na autonomia e pragmatismo gera desconfiança por parte das demais potências que tem interesse na região, que hora a consideram como aliada e hora a consideram como um país não alinhado.

No caso do Brasil, o seu entorno estratégico é tranquilo, pois mantém relações amistosas com seus vizinhos e com as potências presentes no Atlântico Sul. Contribui o fato de a região não ter, até o momento, relevância estratégica para os demais países extrarregionais, bem como o Estado brasileiro ser considerado a potência da América do Sul. No entanto, as fronteiras brasileiras são afetadas em muito por crimes transnacionais, que trazem preocupação da população mais com a segurança em suas fronteiras do que com a defesa delas.

Assim, o entorno estratégico possibilita que Índia tenha inimigos determinados claramente e aos quais deve se contrapor com forças capazes de preservar seu território e seus interesses. No caso do Brasil isso fica mais difícil, tendo em vista a convivência amistosa com as demais nações não há a sensação para a população e os tomadores de decisão de um inimigo bem definido, gerando uma preocupação maior com organizações criminosas e com o combate delas.

Deste modo, esse ponto gera uma maior pressão sobre a população e governo indiano para que tenham uma BID forte e autônomo para possibilitar liberdade de

ação para suas Forças Armadas; algo que não aflige dos brasileiros os brasileiros, que se preocupam mais com a segurança pública.

Embora tenham várias religiões e línguas dentro de seu território, chama a atenção a formação do nacionalismo indiano, fato que diferencia os indianos dos brasileiros.

A elite hindu edificou um mito que catalisa este sentimento nacionalista, que prega que a Índia é um país com uma cultura milenar e que deve ter um espaço de destaque entre as demais nações. A busca pela emancipação em relação aos ingleses serviu de cimento para melhor estruturar esses sentimentos de nação.

A partir desse mito nacionalista houve uma convergência de esforços para que a Índia atinja seu grande objetivo: se tornar uma potência regional e posteriormente mundial. Para tanto, sua elite enxergou claramente a necessidade de ter Forças Armadas capazes de proteger seus interesses, dissuadir possíveis inimigos e convencer prováveis aliados. Assim, desde sua independência, houve a visão da formação de uma indústria de defesa capaz de garantir a consecução de seus objetivos.

No Brasil há apenas uma língua dominante, foi formado pela miscigenação entre as várias etnias que aqui se estabeleceram e há a aceitação de várias religiões diferentes da dominante, cristianismo. Todas essas características são originárias de nossos colonizadores, os portugueses. No entanto, o Brasil é uma nação jovem, com pouco mais de 500 anos, muito mais jovem do que a civilização indiana.

Dos portugueses herdamos outras características como a dificuldade de fazermos planejamentos à longo prazo e a nossa necessidade de sermos vistos como um povo bom e pacífico e avesso à violência. O sentimento é que os brasileiros ficam envergonhados de usar a força para defender seus interesses na esfera internacional, no entanto, esquecem que neste ambiente não há amigos, apenas interesses.

A dificuldade do brasileiro adotar uma postura impessoal na administração da coisa pública também afeta o planejamento de objetivos nacionais e das estratégias para que sejam atingidos de forma a trazer melhorias reais à toda a nação. Normalmente há uma visão política patrimonialista e não estratégica. Isso prejudica a consolidação de um nacionalismo benéfico e o posicionamento do Brasil em uma posição de destaque no cenário internacional.

Esse nacionalismo arraigado na sociedade indiana dá vantagem a eles para que persigam seus objetivos nacionais utilizando todos as expressões do Poder Nacional<sup>267</sup>. No caso do Brasil, há necessidade de adotarmos ações impessoais com a coisa pública para que possamos desenvolver a capacidade de traçarmos objetivos de Estado e não de governo. Somente assim, conseguiremos incluir o setor de defesa corretamente dentro dessas políticas, garantindo incentivos para o desenvolvimento da BID nacional.

No campo político há diferenças de como as lideranças nacionais dos dois países trabalham estruturação do setor de defesa, influenciando como tratam o setor produtivo de defesa nacional.

A definição da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa brasileira foram marcadas pelo distanciamento do Poder Legislativo da redação desses importantes documentos. No Brasil a defesa foi sempre vista como assunto dos militares tanto por formadores de opinião, legisladores e a população e, como tal, não mereciam um maior interesse de nossas Casas Legislativas.

A falta de atenção por parte dos legisladores coloca os objetivos e estratégias previstas nos documentos em posição de difícil realização, ou seja, há a dificuldade de tonar realidade tudo o que está previsto no papel. Sem a devida atenção por parte dos representantes do povo os projetos ali contidos provavelmente vão sofrer cortes e contingenciamentos nos recursos a eles destinados. Isso demonstra que os políticos e, por conseguinte, a população estão preocupadas com outras áreas de investimento.

Ao se absterem da utilização da expressão militar do Poder Nacional para garantir a segurança e os interesses nacionais na arena internacional, os políticos passam uma mensagem de tibieza na perseguição do atingimento dos objetivos nacionais - e no campo das relações internacionais é muito importante os sinais que uma nação passa para as outras.

Sem que a população e seus representantes tenham consciência da importância do setor de defesa para que o país garanta seus interesses na esfera internacional, fica praticamente impossível garantir uma legislação que proteja, dê incentivo e previsibilidade na liberação de recursos ao setor produtivo de defesa.

---

<sup>267</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos do Poder Nacional. Rio de Janeiro, 2022, p. 33.

No caso da Índia, mesmo não tendo *ipsis litteris* uma Política Nacional de Defesas e uma Estratégica Nacional de Defesa, verifica-se que o sentimento da importância do setor de defesa para o atingimento dos objetivos nacionais está arraigado nos políticos e formadores de opinião que, mesmo entre erros e acertos, procuram construir uma BID realmente independente de outros países. Assim, há uma continuidade no fluxo de recursos investidos no setor e a garantia que o setor produtivo de defesa continue pesquisando e produzindo.

Analisando o campo militar contata-se que a Índia nas duas últimas décadas tem buscado estrutura suas Forças Armadas para não somente realizar a segurança de seu território, mas sim de projetar poder e impor seus interesses no seu entorno estratégico e em outras regiões do globo. Para tanto vem implementando a formação de uma marinha de águas azuis capaz de atuar em várias áreas do globo onde possa trazer benefícios para a nação hindu. Nos últimos anos, houve a construção de navios aeródromos e submarinos lançadores de mísseis de cruzeiro, aumentando sua capacidade de projeção de poder e de dissuasão, tudo em consonância com os objetivos nacionais. Essa grande quantidade de projetos gera demanda para que as indústrias de defesa continuem operando no país.

Para atender tais projetos a BID indiana é baseada em sua maior parte em empresas e centros de pesquisas estatais, herdada da época em que imperava o planejamento da economia por parte do Estado. Porém este modelo tem gerado capacidade ociosa, incapacidade de absorção de tecnologias, atrasos e prejuízos à indústria de defesa e, deste modo, a Índia vem abrindo nos últimos anos o setor para empresas privadas. No entanto, cabe destacar que Nova Déli estipulou limites de participação de empresas estrangeiras dentro de sua indústria evitando, deste modo, que o setor seja desnacionalizado.

No Brasil, embora haja a participação de empresas estatais no setor, se destaca uma maior participação de empresas privadas, que dá mais agilidade e maior capacidade de absorção de conhecimentos. Um bom exemplo disso é a Embraer, que foi capaz de projetar e construir o KC-390 e participar ativamente do projeto do planejamento e construção dos Gripen. As empresas estatais e centros de pesquisa das Forças Armadas se concentram em planejamento e coordenação de projetos, P&D

e na fabricação de itens menor tecnológica, como munição para armamento pesado – canhões e obuseiros.

No entanto, a demanda para manter as indústrias componentes da BID em operação não é grande. Embora o Ministério da Defesa mantenha vários projetos estratégicos visando reequipar as nossas Forças Armadas, os recursos não são suficientes para atender toda as necessidades e, normalmente, não tem uma liberação previsível, prejudicando em muito as empresas do setor, que não tenho como fazer planejamento de longo prazo. Quem melhor enfrenta essa situação são as companhias que atendem outros clientes além do governo brasileiro, como a Embraer e Taurus.

Falando em MD, este é um outro ponto que diferencia o Brasil da Índia. Desde muito cedo os indianos já possuíam um Ministério da Defesa que centralizava todo este planejamento voltado para a área militar, inclusive a criação de indústrias para atender as necessidades de suas Forças Armadas. No Brasil a formação desse Ministério foi tardia e, embora tenha melhorado em muito o sistema de planejamento e decisão, ainda não está maduro o suficiente. Tal fato pode ter gerado prejuízos para o setor principalmente nos momentos de crise do mercado de defesa, como na década de 90. Essa falta de inserção política provavelmente colocou os assuntos militares apartados do planejamento para o atingimento dos objetivos nacionais brasileiros.

Outro fator preocupante o processo de desnacionalização da BID brasileira, com a aquisição do controle de várias empresas nacionais por congêneres estrangeiras.

No campo econômico, até o início da década de 1990, a Índia tinha sua economia planejada pelo Estado, seguindo os moldes do Socialismo Fabiano. Após a adoção de um modelo liberal, a economia indiana iniciou um grande e constante crescimento. Como o país manteve a média de investimentos em defesa em relação ao PIB, o crescimento da riqueza aumentou exponencialmente os recursos disponível para investimento na área. Hoje a Índia investe quase US\$ 80 bilhões, uma grande diferença em relação ao Brasil.

O Brasil nesse mesmo período passou por uma série de crises econômicas, que levaram a crescimentos seguidos de queda, não conseguindo um crescimento sustentável. Até o princípio da década de 2010, o Brasil figura à frente da Índia no quadro de países com maiores PIB do mundo, no entanto, nessa mesma década, os



indianos tiveram um crescimento de cerca de US\$ 1,4 trilhão maior do que o brasileiro. Esse fato aumentou ainda mais a diferença de investimentos entre os países no setor de defesa, já que, na época em que o PIB brasileiro que o indiano, o Brasil investia menos em sua BID, pois o a porcentagem em relação ao PIB foi mantida na maior parte do tempo abaixo de 2% e, nos momentos de crise, houve retrações para índices próximos a 1%.

Por fim, conclui-se que os fatores que atuaram sobre a formação da BID indiana criaram condições para o país dedicar maior planejamento e recursos para sua indústria de defesa. O ambiente conturbado em que está imerso o país hindu, bem como o sentimento de nacionalista presente em seu povo contribuíram para se criar a consciência da necessidade de se ter Forças Armadas fortes e uma indústria que possa sustentá-las. Podemos dizer que a concepção de uma Grande Estratégia, por parte dos governos indianos, é o fio condutor que leva todos esses fatores a contribuírem com que a nação trabalhe junta para atingir seus objetivos, inclusive a Defesa Nacional.

Já o Brasil, localizado em uma região bem mais calma e longe de grandes conflitos há quase 80 anos, não gerou em sua população o sentimento de necessidade de possuir Forças Armadas bem equipadas e, por conseguinte, investir em um grande parque industrial de defesa. No país o que traz preocupação para a população é a segurança pública, representada principalmente pelos crimes transnacionais que estende seus tentáculos para o interior do território.

Tudo isso é acentuado pela nossa cultura pacifista e patrimonialista, falta de impessoalidade de nossos políticos, falta de vontade política e a necessidade de dar respostas rápidas e eleitoreiras a problemas complexos, que podem levar a decisões errôneas com consequências muito graves para nossa soberania e independência.

O estado brasileiro foi edificado sobre uma região do planeta muito rica e que gera cobiça de outras nações e devemos estar preparados a nos contrapor a qualquer agente que queira prejudicar o atingimento de nossos objetivos nacionais. Deste modo, as Forças Armadas devem estar preparadas sempre para a pior hipótese e não para a mais provável, parafraseando a expressão latina usada no meio jurídico: *a maiori, ad minus* – quem pode o mais, pode o menos.

## 4.2 Ensinaamentos para o Brasil

A evolução da BID indiana foi fruto de um processo histórico, cultural e de decisões nos campos político, econômico e militar. No Brasil não foi diferente, e fruto desse processo os setores produtivos de defesa do Brasil e da Índia encontram-se em estágios diferentes. A Índia pode colher exemplos com o Brasil para melhorar sua Base Industrial de Defesa e vice-versa. Mas o objetivo deste estudo é buscar ensinamentos para o Brasil.

Mesmo tendo sofrido com problemas econômicos durante as décadas estudadas, os fatores de cunho cultural e políticos são os que mais vem influenciando o caminho que o Brasil tomou no tratamento do assunto defesa e na estruturação da Base Industrial de Defesa.

Assim, o maior exemplo a ser colhido da experiência indiana é o Brasil ter uma “Grande Estratégia”, ou seja, o poder político definir claramente os objetivos nacionais a serem atingidos e os meios que devem ser utilizados para se tornarem realidade. Assim, a Defesa Nacional estará corretamente inserida nesse contexto de utilização de todas as expressões do Poder Nacional para o atingimento desses objetivos e poderá planejar sua estratégia para contribuir para atingir esses propósitos.

Colin Gray, autor de livros sobre estratégia e planejamento de defesa e consultor de ministérios da defesa de vários países, destaca a importância deste planejamento para a defesa: “o planejamento da defesa conduzido com pouco ou nenhuma referência política, não pode ter nem propósito nem legitimidade, da mesma forma, conduzido sem substancial atenção à estratégia, não pode fazer nenhum sentido.”<sup>268</sup>

Tendo como base a Grande Estratégia seria possível confeccionar uma Política Nacional de Defesa (PND) para alinhadas com os mais altos objetivos políticos, pois, como está agora, ele é apenas setorial, nascida nas mesas do MD. Com uma PND feita em cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo, seria mais fácil definir os seguintes parâmetros para o setor de defesa:

- a. Fixar a porcentagem do PIB a ser investido na defesa;

---

<sup>268</sup> GRAY apud BRICK, 2022.

- b. Estruturar as Forças Armadas de modo a contribuir no atingimento dos objetivos nacionais;
- c. Determinar a prioridade dos projetos estratégicos; e
- d. Definir a estrutura da Base Industrial de Defesa nacional e o nível de nacionalização desejada.

Cabe ressaltar que deve haver um órgão voltado para o planejamento e execução da política de defesa, funcionamento permanentemente, com abrangência geral, pois, desse modo, ele poderia conduzir estratégias setoriais que possam gerar impacto na defesa. O CND poderia ser esse órgão ou que fosse planejado um outro órgão que reunissem os responsáveis pelos vários setores envolvidos na estratégia. Os indianos têm o CCS, que está em um nível mais baixo que o CND, reunindo os ministros da defesa, relações exteriores e fazenda. Isso garantiria a atualização do PND e a verificação da execução da política.

Porém, a implementação deste planejamento não seria concretizada em curto prazo, tendo em vista a cultura brasileira avessa ao tratamento do assunto Defesa Nacional. Há a necessidade de mudança de paradigmas da população, dos formadores de opinião, dos acadêmicos e dos políticos, somente assim poderemos dar a devida importância a este tema.

Qual seria então o meio utilizado para realizar essa mudança cultural no core de nossa sociedade? A proposta é investir em comunicação estratégica.

O MD e as três Forças ainda não têm definido o conceito de comunicação estratégica, deste modo, utilizo a definição feita por Halloran em trabalho publicado pelo US Army War College:

*Strategic Communication is a way of persuading other people to accept one's ideas, policies, or courses of action. (...) Strategic communication means persuading allies and friends to stand with you. It means persuading neutrals to come over to your side or at least stay neutral. In the best of all worlds, it means persuading adversaries that you have the power and the will to prevail over them. Vitality important, strategic communications means persuading the nation's citizens to support the policies of their Leaders so that national will is forged to accomplish national objectives. In the context, strategic communication is an essential element of national leadership.*<sup>269</sup>

---

<sup>269</sup> HALLORAN, Richard. Strategic Communication. The US Army War College Quarterly: Parameters. Volume 37, Number 3 Parameters Autumn 2007, Article 18, p.6.

As três Forças têm investido em ações de comunicação estratégica; com um foco na comunicação social, buscando informar a população, e com outras ações para introduzir o pensamento de defesa dentro do âmbito acadêmico, como os cursos mestrado e doutorado oferecido a civis da Escola de Guerra Naval (EGN) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Introduzir os conceitos de pensar a Defesa Nacional dentro do âmbito acadêmico é um caminho seguro a ser percorrido para dar a devida atenção a este tema, pois, provavelmente, dentro desse grupo estarão os futuros dirigentes da nação. Outro ponto interessante, seria formar uma massa crítica de pessoas capazes de discutir e assessorar os políticos nesse tema tão particular, que, por vezes, foge do conhecimento de nossos legisladores e governantes.

No entanto, há a necessidade de ações de comunicação estratégica mais agressivas para o convencimento da população e dos políticos. Como citado, as ações de comunicação social que tem como público-alvo (PA) a população em geral tem como enfoque principal informar as atividades que as Forças Armadas executam tanto em apoio à população quanto às atividades de defesa da Pátria, porém, no meu ponto de vista, essas ações não têm tido a capacidade de mudar o comportamento do PA, que ainda vê as Forças mais como instituições assistenciais do que como braço armado do Estado.

A mudança da opinião pública sobre o papel das Forças Armadas ajudaria para que os políticos dessem a devida importância ao assunto Defesa Nacional. Contudo, essas ações são interligadas e há a necessidade de que seja feita uma mudança no pensamento dos políticos para que possa ser feito esse trabalho junto à população, afinal isso não pode ser executado sem a anuência e participação do poder político, ou seja, há a necessidade adotar ações para que os políticos se convençam da importância do assunto para o País. Traçando comparações com a Índia, durante o estudo foi constatado que desde sua independência os políticos e pensadores hindus sempre deram atenção a este tema. No Brasil a defesa normalmente é tratada de forma secundária e, nas últimas décadas, vem perdendo importância no seio da sociedade, embora os governos mais recentes tenham investido no setor.

Como mencionado, as três Forças têm implementado uma comunicação estratégica institucional, no entanto, isso não é suficiente. Para o atingir um efeito

máximo, o nível político deveria assumir as ações, ou seja, o MD deveria coordenar todas as ações de comunicação estratégica para atingir a população e os políticos, buscando mostrar a importância da Defesa Nacional fazer parte de uma estratégia em nível mais abrangente e sincronizada com as demais expressões do Poder Nacional.

Embora os ministros da defesa façam parte de um governo, o grande desafio do MD, em todo este trabalho de comunicação, é inculcar na cabeça das pessoas que o assunto Defesa Nacional é um tema de Estado e não de governo. O assunto não pode ficar restrito somente aos militares, devendo ter um tratamento mais amplo no campo político, pois as Forças sozinhas não têm capacidade suficiente para fazer um amplo trabalho de convencimento.

Com as mudanças ocorridas no plano internacional indicando que marchamos para um mundo multipolar, faz-se necessário que o Brasil não abandone sua cultura política de buscar a paz e de resolver seus problemas de forma negociada, mas que não abdique de utilizar a força se for necessário para atingir seus propósitos e mantê-los frente aos interesses de outras nações.

Rio Branco disse o seguinte sobre a necessidade do Brasil ser forte e a sua população ter uma educação militar: “não se pode ser pacífico sem ser forte. Querer a educação cívica e militar de um povo [...] não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas”.<sup>270</sup>

Que os políticos brasileiros tomem o exemplo de Rio Branco e tratem a defesa brasileira com a devida importância que é necessária.

---

<sup>270</sup> RIO BRANCO apud HEINSFELD, 2013, p. 130.

## 5 REFERÊNCIAS

ALISSON, Rodnie. *Indian Aerospace: Poised for Takeoff?* Canadian Defense & Foreign Affairs Institute. Fevereiro 2012.

ALSINA JR, João Paulo Soares. **A Síntese imperfeita: articulação entre política externa e Política de Defesa na era Cardoso.** Revista Brasileira de Política Internacional. 46. p. 53-86. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25969>. Consultado em: 10/07/2023.

ALVES, R. Queiroz; PONTÉ, J. Victor; APARECIDO, J. Mori. **Os conflitos na região da Caxemira.** Série Conflitos Internacionais – Observatório de Conflitos Internacionais, UNESP, V.6, n.5, outubro de 2019, p.1. Disponível em < <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/jornal---v.-6-n.-5-outubro-de-2019.pdf>. Consultado em: 21/04/2023.

AVILA, Cristiane Regina Silveira de. **A crise dos anos 80 e a busca da estabilização: as experiências das economias argentina e brasileira.** Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9750/A%20CRISE%20DOS%20ANOS%2080.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Consultado em: 31/07/2023.

BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. **A Grande Estratégia Indiana para o Século XXI: entre manutenção da Potência Regional e a Ambição de Tornar-se Potência Mundial.** 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, julho 2017, p.3. Disponível em <[https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498413606\\_ARQUIVO\\_ArtigoABRI,2017.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498413606_ARQUIVO_ArtigoABRI,2017.pdf). Consultado em: 21/04/2023.

\_\_\_\_\_. **O Entorno Estratégico Indiano: uma análise das ameaças e dos dilemas de segurança do país.** Revista Conjuntura Global, v. 11, nº 2, p. 20-40, 2022. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/issue/view/3348>. Acessado em 15/03/2023.

BEHERA, Laxman Kumar. **Defense offsets.** IDSA Monograph Series, Nr 45. junho, 2015. Disponível em <https://www.idsa.in/system/files/monograph/monograph45.pdf>. Acessado em 20/06/2023.

\_\_\_\_\_. **Indian Defense Industry. Issues of self-reliance.** IDSA Monograph Series. Institute for Defense. Studies and Analyses. Nr 21 julho 2013.

BERLANZA, Lucas. **Fabianos, sociais-democratas, liberais sociais: uma tentativa de entendimento.** Instituto Liberal. 21/12/2022. Disponível em: [www.institutoliberal.org.br/blog/fabianos-sociais-democratas-liberais-sociais-tentativa-de-entendimento/](http://www.institutoliberal.org.br/blog/fabianos-sociais-democratas-liberais-sociais-tentativa-de-entendimento/). Acessado em: 06/06/2023.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto 2004. E-book.

BITZINGER, Richard A. ***The State of Defense Innovation in India: Can't It Catch Up with Global Leaders?*** S Rajaratnam School of International Studies. IGCC Defense Innovation Briefes, janeiro 2014. p. 2. Disponível em <https://escholarship.org/uc/item/5c7911bp>. Acessado em 20/06/2023.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2012. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf). Acesso em: 25/06/2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Revista Cenários de Defesa 2020-2039**. MD. Assessoria Especial de Planejamento. Brasília, 2017.

BRICK, Eduardo Siqueira. **Poder político e defesa: um histórico de desinteresse, omissão e despreparo**. Gazeta do Povo em 11/03/2022. Disponível em: [https://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2022/03/Poder-politico-e-defesa\\_publicado.pdf](https://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2022/03/Poder-politico-e-defesa_publicado.pdf) Acessado em: 09/06/2023.

CASTRO, Tiago Castro de. **Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de história, geografia e geoestratégia**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

CHAGAS, Gabriela. **As tensões entre China e Índia: disputas territoriais e rivalidade histórica**. Núcleo de Estudo do BRICS – UFRGS, 06/08/2020. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/nebrics/as-tensoes-entre-china-e-india-disputas-territoriais-e-rivalidade-historica/>. Consultado em: 21/04/2023.

DE PAULA, André Mendes Pereira. **BASE INDUSTRIAL DE DEFESA INDIANA**. Revista Escola de Guerra Naval, v.23 n1, p. 191-210. Jan/abr. 2017.

DELLAGNEZE, René. **200 Anos da Indústria de Defesa do Brasil**. Editora Cabral. Taubaté, 2008.

DRUMOND, Cosme Degenar. **Indústria de Defesa do Brasil: História – Desenvolvimento – Desafios**. ZLC Comunicação e Marketing. Guarulhos, 2014.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2022.

FISHLOW, Albert. **A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período de 1974/84**. Pesq. Plan. Econ.16 (3), p. 507 – 550. Rio de Janeiro, dezembro de 1986. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6028/1/PPE\\_v16\\_n03\\_Economia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6028/1/PPE_v16_n03_Economia.pdf) Consultado em: 31/07/2023.

FLAMES, Daniel. **O Brasil na Iniciativa BRIC: Soft Balancing numa Ordem Global em Mudança?** Revista Brasileira Política Internacional. 53 (1), p. 141 – 156, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/9PRbKTsTRRj5V3RDrQGjZzK/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 13/04/2023.

GIELOW, Igor. **Alemanha veta exportação de blindado brasileiro após Lula negar munição.** Estado de Minas, 24/02/2023. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/02/24/interna\\_politica,1461551/alemanha-veta-exportacao-de-blindado-brasileiro-apos-lula-negar-municao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/02/24/interna_politica,1461551/alemanha-veta-exportacao-de-blindado-brasileiro-apos-lula-negar-municao.shtml). Acessado em 18/04/2023.

GOBO, Karla Lisandra. **Década de 1970: política externa e papel do Itamaraty.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112009-102651/publico/KARLA\\_LISANDRA\\_BOGO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112009-102651/publico/KARLA_LISANDRA_BOGO.pdf). Consultado em: 06/09/2023.

GODOY, Roberto. **País quer ampliar a exportação de produtos bélicos.** O Estado de São Paulo, 7 de março de 2004. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20040307-40318-nac-8-pol-a8-not>. Consultado em: 10/07/2023.

GÓES, Guilherme Sandoval; SILVA, Bruno Bahiense de Albuquerque e. **Estados Unidos, China & Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul: Uma Análise sob a Ótica da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança.** Revista da Escola Superior de Guerra, v. 32, nº 64, p. 49-88, Jan/Abr 2017.

GREZZANA, Thaís Bettu. **O processo de Definição das Fronteiras: o Brasil com ator pacífico?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

HALLORAN, Richard. **Strategic Communication.** The US Army War College Quaterly: Parameters. Volume 37, Number 3 Parameters Autumn 2007, Article 18. Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2378&context=parameters>. Consultado em: 09/08/2023.

HEINSFELD, Adelar. **A influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco.** Revista de Geopolítica, V. 4, nº 1, p. 115 – 134, jan./jun. 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 27ª Edição. Companhia da Letras. São Paulo-SP, 2014.

INDIA. Ministry of Defense. **Annual Report 2011-1012.**

\_\_\_\_\_. Ministry of Defense. **Annual Report 2013-1014.**



JESSUP apud OLIVEIRA, Amaury Porto de. **Índia: Estratégia e Política Externa**. UFMG. Campinas. Agosto de 2008. Disponível em < [https://www.ufmg.br/dri/wp-content/uploads/2021/09/india\\_estrategia\\_e\\_politica\\_externa\\_amaury\\_banhos\\_porto\\_de\\_oliveira.pdf](https://www.ufmg.br/dri/wp-content/uploads/2021/09/india_estrategia_e_politica_externa_amaury_banhos_porto_de_oliveira.pdf). Consultado em: 08/05/2023.

JUNIOR, Laercio Fuquim. **Fronteiras Terrestres e Marítimas do Brasil: Um Contorno Dinâmico**. Universidade de São Paulo, 2007.

JUNIOR, Pedro Fonseca. **O Sistema Industrial de Defesa Brasileiro e a Resiliência de suas Empresas Estratégicas**. IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2022.

KAUR, Karanpreet. **Defense Industrial Base in India: Taxation and Export Regime**. Centre for Land Warfare Studies. Novembro 2013. Nova Déli. Disponível em: <https://archive.claws.in/1114/defence-industrial-base-in-india-taxation-and-exports-regime-karanpreet-kaur.html>. Acessado em: 21/06/2013.

KUNRATH, Bruna; SILVA, André Luiz Reis. **Brasil e Índia na Reforma do Conselho da ONU: o Posicionamento dos Membros Permanentes e os Apoios Regionais**. Carta Internacional, Vol 9, nº 1, pp. 121 – 143, junho 2014. Disponível em < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/131/82>. Acessado em 13/04/2023.

LHEMANN, kai Enno. **Can Brazil Lead? The Breakdown of Brazilian Foreign Policy and What it Means for the Region**. Rising Powers Quarterly, Volume 2, Issue 2, pp. 125 – 147. Institute of International Relations, University of São Paulo (IRI-USP). Disponível em < <https://risingpowersproject.com/files/wp-content/uploads/2017/07/vol2.2-kai-enno-lehmann.pdf>. Acessado em 16/02/2023.

MORAES, Rodrigo F. **A Inserção Externa da Indústria Brasileira de Defesa: 1975 - 2010**. IPEA, Brasília, fevereiro de 2012. Disponível em [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1715.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1715.pdf). Consultado em: 27/07/2023.

NAYAN, Rajiv. **Indian's Defense Industry Base**. Defense and Security Alert, Agosto, 2012.

OLIVERIA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC**. Barueri, SP. Malone, 2005.

PARMAR, Sarabjeet Singh. **The Maritime dimension in India's national strategy**. Grand strategy for India, v. 2020, pp. 83-92, 2012, pp. 83-84. Disponível em < [https://www.academia.edu/1320652/THE\\_MARITIME\\_DIMENSION\\_IN\\_INDIA\\_S\\_NATIONAL\\_STRATEGY](https://www.academia.edu/1320652/THE_MARITIME_DIMENSION_IN_INDIA_S_NATIONAL_STRATEGY). Acessado em: 29/05/2023.

SANTAYANA, Mauro. **O Cerco à Indústria Brasileira de Defesa**. DefesaNet, agosto de 2012. Disponível em <https://www.defesanel.com.br/defesa/noticia/7281/o-cerco-a-industria-brasileira-de-defesa/>. Acessado em: 01/08/2023.

SANTOS, Sandro Marques dos. **O Povo Eleito em Uma Terra Prometida: o Mito do Destino Manifesto e as Raízes do Nacionalismo Norte-Americano**. Aedos, Porto Alegre, v. 14, N. 32, p. 140-155, jul-dez, 2022.

SCHMIDT, Flávia de Holanda; ASSIS, Lucas Rocha Soares de. **A Dinâmica Recente do Setor de Defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas**. Ipea. Rio de Janeiro, outubro de 2013.

SHANI, Varun. **Índia: apesar de suas limitações, uma potência emergente**. Revista Nueva Sociedad especial em português, setembro 2013, pp. 125 – 138. Disponível em <<https://www.nuso.org/>. Acessado em 20/03/2023.

STUENKEL, Oliver (Coord). **A Índia na ordem global** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VAZ, Alcides Costa. **O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul**. Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA, nº6, p. 63-68, Abr/Jun 2011.

[www.brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/relacoes-entre-nativos-e-colonizadores.html](http://www.brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/relacoes-entre-nativos-e-colonizadores.html). Consultado em; 06/08/2023.

[www.britannica.com/biography/Ashoka](http://www.britannica.com/biography/Ashoka)

[www.britannica.com/topic/Central-Treaty-Organization](http://www.britannica.com/topic/Central-Treaty-Organization). Consultado em: 07/05/2023.

[www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/](http://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/) acessado em: 06/08/2023.

[www.data.worldbank.org](http://www.data.worldbank.org)

[www.defesaaereanaval.com.br/defesa-nacional/a-imprescindivel-modernizacao-do-aparato-defensivo-brasileiro](http://www.defesaaereanaval.com.br/defesa-nacional/a-imprescindivel-modernizacao-do-aparato-defensivo-brasileiro)

[www.mapsofindia.com/neighbouring-countries-maps/indian-subcontinent-map.html](http://www.mapsofindia.com/neighbouring-countries-maps/indian-subcontinent-map.html)

[www.portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30614](http://www.portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=30614). Acessado em: 24/06/2023.

[www.Sipri.org](http://www.Sipri.org)

